

ANEXO 7 - CA 15/03/2018
ANEXO 1 - AG 16/03/2018

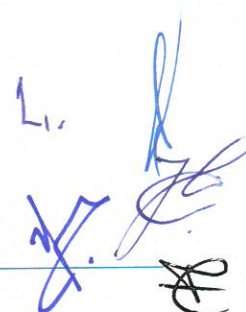
vimagua

Empresa de Água e Saneamento
de Guimarães e Vizela, E.I.M. S.A.

Relatório e Contas

2017

Índice



Índice	1
Mensagem do Presidente.....	3
Principais Indicadores	5
Introdução	7
Estrutura Organizacional.....	8
Órgãos Sociais.....	8
Estrutura orgânica	11
Estratégia Empresarial	12
A Empresa	12
Enquadramento Setorial.....	15
Missão, Visão e Valores	17
Política da Qualidade, Ambiente e Segurança.....	17
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética.....	18
Comunicação e Educação	19
Áreas de Atividade	26
Gestão de Clientes.....	36
Investimento	42
Recursos Humanos	45
Desempenho Económico e Financeiro.....	52
Perspetivas Futuras	60
Proposta de Aplicação de Resultados	63
Considerações Finais	64
Demonstrações financeiras	65
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	66
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS	67
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016....	68
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017....	69
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	70
ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	71
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.....	72

Mensagem do Presidente



O ano de 2017 vem evidenciar a ascendente e sólida trajetória do desempenho económico e financeiro da Vimágua.

Assim, a Vimágua apresenta no apuramento de contas relativo ao ano de 2017 um resultado operacional de 2Milhões633Mil914Euros e um resultado líquido do exercício de 1Milhão341Mil790Euros.

Este resultado é tão mais relevante quando atentamos ao volume de investimento da Vimágua que totaliza já 84,6 Milhões de Euros. Os números evidenciam a capacidade da Vimágua em realizar os investimentos necessários à prestação de um serviço público de qualidade sem comprometer a sua sustentabilidade económica e financeira.

Todos os requisitos impostos por Lei para as Empresas do setor empresarial local são integralmente cumpridos pela Vimágua.

Com efeito, nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem os gastos totais dos respetivos exercícios, nos últimos três anos não houve registo de qualquer subsídio à exploração, pelo que não se coloca a questão do peso contributivo dos subsídios à exploração que a Lei impõe que seja inferior a 50 % das receitas e, por último, nos últimos três anos quer o EBITDA quer o resultado líquido do exercício são positivos, tendo tido um crescimento apreciável no ano de 2017.


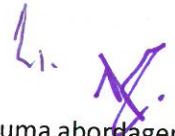

Um outro indicador relevante, em 2017, é o número total de clientes que teve um acréscimo significativo de 2,04%, passando para um total 66Mil 530 clientes.

O resultado que aqui se evidencia, é importante que se diga e sublinhe, não foi alcançado com recurso ao aumento de tarifas.


Como é sabido, o preço do serviço é um importante indicador, já que reflete, por um lado, as necessidades de investimento e, por outro, os custos diretos decorrentes da prestação em contínuo dos serviços, acabando, nesta medida, por ser um bom indicador de gestão.

Assim, o facto de a Vimágua pugnar por manter uma política de não aumentar as tarifas de serviço, coloca todo o esforço do lado da gestão prudente e equilibrada de recursos.

Posto isto, a Administração da Vimágua continuará apostada na otimização da gestão operacional, na eliminação de custos de ineficiência, na recuperação integral dos gastos dos serviços e no favorecimento

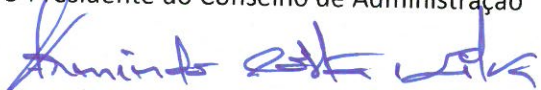


de uma abordagem integrada na prevenção e controlo da poluição, salvaguardando e valorizando o nosso património natural.



O que queremos é continuar na linha da sustentabilidade, acompanhando as políticas dos Municípios de Guimarães e Vizela.

O Presidente do Conselho de Administração



Armindo Costa e Silva

Principais Indicadores

PRINCIPAIS INDICADORES	2015	2016	2017
BALANÇO			
CAPITAL REALIZADO	500 000	500 000	500 000
CAPITAL PRÓPRIO	19 569 771	20 727 580	21 726 296
PASSIVO	37 789 019	36 486 205	35 778 181
ATIVO	57 358 790	57 213 784	57 504 477
CAPITAL PRÓPRIO / ATIVO, %	34,12%	36,23%	37,78%
INVESTIMENTO	1 805 607	2 138 960	5 916 786
RENTABILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO, % ¹	5,74%	3,14%	6,18%
RENTABILIDADE DO ATIVO, % ²	1,96%	1,14%	2,33%
CONTA DE EXPLORAÇÃO			
VOLUME DE NEGÓCIOS/VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	16 869 634	17 199 602	17 854 293
RENDIMENTOS TOTAIS DE EXPLORAÇÃO	16 869 634	17 199 602	17 854 293
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS E AMORTIZAÇÕES (EBITDA)	5 689 325	5 182 340	6 198 212
em % do Volume de Negócios	33,73%	30,13%	34,72%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E ENCARGOS FINANCEIROS (EBIT)	2 359 301	1 754 284	2 633 914
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	1 245 959	894 413	1 846 356
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1 123 383	651 257	1 341 790
CASH-FLOW	4 453 407	4 079 313	4 906 088
ATIVIDADE			
VOLUME TOTAL DE ÁGUA VENDIDA	6 373 500	6 466 907	6 669 361
NÚMERO TOTAL DE CLIENTES	64 212	65 199	66 530
NÚMERO DE MUNICÍPIOS SERVIDOS	2	2	2
N.º TRABALHADORES	154	168	170
CLIENTES/TRABALHADORES	417	388	391

¹Resultado líquido / Capital próprio

²Resultado líquido / Ativo total



Introdução

Em cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 1, do artigo 19.º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2017 e a proposta de aplicação de resultados.

O presente Relatório e Contas será acompanhado pela Certificação Legal das Contas e do Relatório e Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k), do n.º 2, do artigo 25.º dos Estatutos.

Nos termos da alínea d), do n.º 1, do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o presente Relatório e Contas será apresentado aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela.

Estrutura Organizacional

Órgãos Sociais

Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos, são órgãos sociais da Vimágua a Assembleia geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia geral é formada por um representante de cada acionista, competindo aos órgãos executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela designar os respetivos representantes.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da Vimágua, composto por três membros, um dos quais é o Presidente, que são nomeados pela Assembleia Geral, dois sob proposta do Município de Guimarães e um sob proposta do Município de Vizela. É este o órgão de gestão da Vimágua que, no âmbito do contrato de gestão da empresa, define as orientações estratégicas, os planos de atividade e de investimento, os objetivos e orçamentos anuais e plurianuais, controlando a respetiva execução.

Ao Fiscal Único compete a fiscalização das atividades desenvolvidas pela Vimágua, nomeadamente a revisão legal das contas.

O ano de 2017 ficou marcado, ao nível dos órgãos sociais, pela cessação de funções dos membros em exercício e pela designação de novos órgãos.

Na sequência das eleições autárquicas realizadas no dia 1 de outubro, foi constituída a nova Assembleia-geral e foram designados os membros para o Conselho de Administração da Vimágua para o período coincidente com o mandato autárquico.

O Conselho de Administração iniciou funções a 22 de novembro de 2017, composto pelos seguintes membros:

Presidente: Armindo José Ferreira da Costa e Silva, designado sob proposta do Município de Guimarães;

1.º Vogal: Joaquim Meireles Pereira Gonçalves, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vizela e designado sob proposta do Município de Vizela;

2.º Vogal: Marta de Abreu Coutada, designada sob proposta do Município de Guimarães.

O Presidente do Conselho de Administração exerce funções executivas, em regime de permanência, acumulando as competências previstas para o cargo de Diretor-geral nos regulamentos e documentos de organização e carreiras da Vimágua.

A **Mesa da Assembleia geral** foi, até às eleições autárquicas de 1 de outubro de 2017, presidida pelo Município de Guimarães, representado pelo respetivo Presidente, Domingos Bragança Salgado, e teve como vogal o Presidente da Câmara Municipal de Vizela, Dinis Manuel da Silva Costa.

Em 26 de outubro de 2017 e na sequência da posse dos novos órgãos autárquicos a Mesa da Assembleia geral da Vimágua passou a ter a seguinte composição:

Presidente: Domingos Bragança Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Guimarães:

Vogal: Victor Hugo Salgado, Presidente da Câmara Municipal de Vizela.

Em 2017 a Assembleia geral realizou seis sessões, as duas sessões ordinárias previstas nos Estatutos e quatro sessões extraordinárias.

Conforme determinado no artigo 16.º dos Estatutos da Vimágua, a 8 de março, em sessão ordinária, foi aprovado o Relatório e Contas de 2016, apresentado pelo Conselho de Administração da empresa, e na sessão ordinária realizada a 28 de novembro foi aprovado o *Contrato de Gestão Delegada*, o *Tarifário 2018*, o *Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional 2018* e o *Contrato de Gestão do Presidente do Conselho de Administração, ao abrigo do estatuto do gestor público*.

Neste exercício realizaram-se, então, quatro sessões extraordinárias:

- 21 de junho de 2017, tendo como ponto único processo de consulta ao mercado bancário para financiamento da aquisição do edifício sede da Vimágua.
- 30 de junho de 2017, tendo como ponto único a proposta de Plano Plurianual de Investimentos 2018-2022 – anexo II do Contrato de Gestão – e proposta de revisão do cálculo da proporção – anexo III do Contrato de Gestão.
- 26 de outubro de 2017, com a seguinte ordem de trabalhos:
 - Ponto um – Eleição da Mesa da Assembleia Geral;
 - Ponto dois – Eleição dos membros do Conselho de Administração;
 - Ponto três - definição do regime em que cada membro do Conselho de Administração irá exercer as suas funções;
 - Ponto quatro - remunerações dos membros do Conselho de Administração;
 - Ponto cinco – proposta de designação do Fiscal Único.

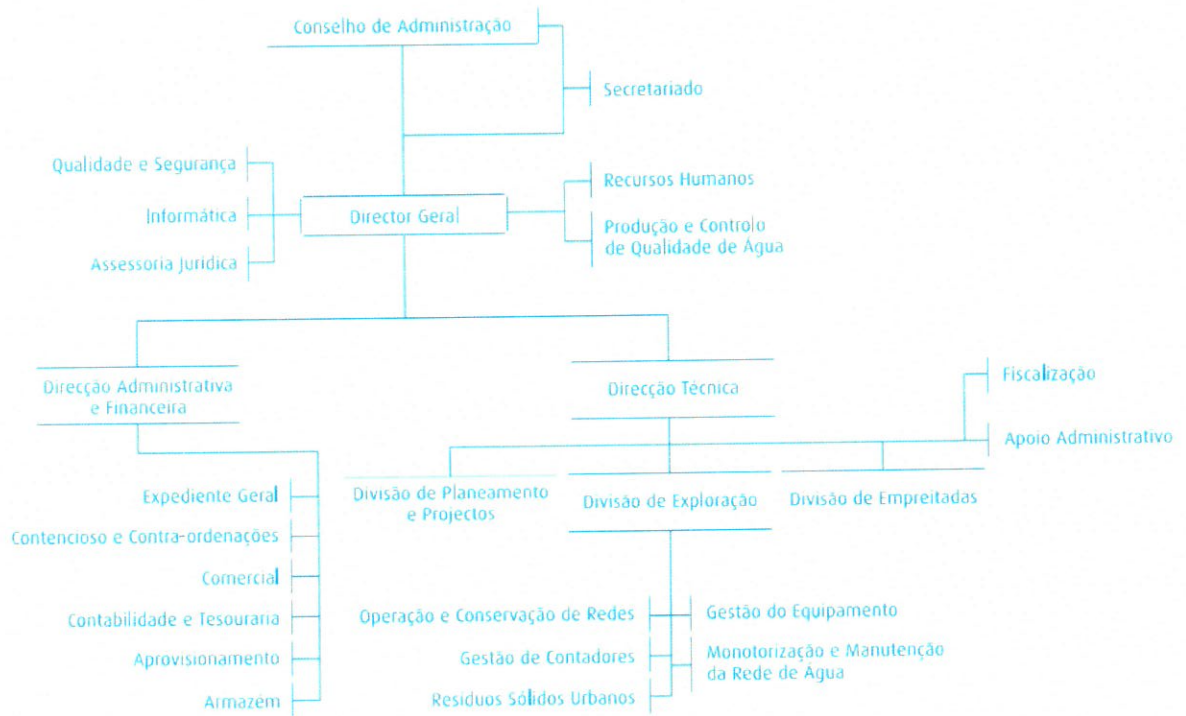
➤ 22 de novembro de 2017, realizada com o objetivo de nova designação do Conselho de Administração e ratificação dos atos entretanto praticados, uma vez que, por força do regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração das entidades do setor público empresarial, estabelecido pela Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, aplicável ao setor empresarial local, conforme determina o artigo 2.º, n.º 1, da referida Lei, o Conselho de Administração eleito, em 26 de outubro, não cumpria os limiares mínimos previstos no artigo 4.º, n.º 1 e, nos termos do artigo 5.º, número 1, alínea a), a designação para o Conselho de Administração era nula, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto um - eleição dos membros do conselho de administração;
- Ponto dois - definição do regime em que cada membro do Conselho de administração irá exercer as suas funções;
- Ponto três - remunerações dos membros do Conselho de Administração;
- Ponto quatro – ratificação dos atos praticados pelo Conselho de Administração eleito a vinte e seis de outubro de 2017.

Nos termos dos Estatutos da empresa, alterados em 2013 para adequação às novas determinações legais introduzidas pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Fiscal Único para o mandato 2017-2021 foi designado pelos órgãos deliberativos dos Municípios de Guimarães e Vizela, tendo-se mantido a fiscalização da empresa a cargo da sociedade “**Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, Lda.**”, representada por António de Jesus Pereira, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 245 e na Conservatória do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia, Pessoa coletiva n.º 509 332 153, com sede no Edifício Tower Plaza, Via Engenheiro Edgar Cardoso, 23-12.º D, 4400-676 Vila Nova de Gaia.

Estrutura orgânica

A estrutura orgânica da empresa é ilustrada pelo seguinte organograma:



Estratégia Empresarial

A Empresa

A Vimágua iniciou a sua atividade em 20 de Fevereiro de 2002, substituindo-se aos serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Câmara Municipal de Guimarães, tendo sido criada, por iniciativa dos Municípios de Guimarães e Vizela, com o intuito de usando dos instrumentos previstos na lei, refundar um serviço público, reorganizando estruturas, rentabilizando recursos, implementando novas filosofias de gestão, clarificando competências e responsabilidades, em suma otimizando-o e orientando-o de forma ainda mais exigente e constante para a satisfação das necessidades dos clientes.

Em 28 de dezembro de 2007, por escritura pública e de acordo com a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do sector empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), a Vimágua foi transformada em sociedade anónima, adotando a denominação *Vimágua, Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.*

Identificação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, S. Sebastião, 4810-025 Guimarães

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único 505 993 082

Capital Social e Prestações Suplementares:

Capital Social: 500.000 euros, dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

Prestações Suplementares: €12.240.000

Acionistas:

Município de Guimarães: 450.000 ações

Município de Vizela: 50.000 ações

Âmbito geográfico

A Vimágua atua no âmbito geográfico dos Municípios que a integram, Guimarães e Vizela, cuja cobertura territorial efetiva, por parte desta empresa, regista um significativo crescimento, desde a sua criação e início de atividade.



2 MUNICÍPIOS

53 FREGUESIAS

- **SUPERFÍCIE**

Guimarães 240,95 km²
Vizela 24,70 km²
Total 265,65 km²

- **POPULAÇÃO RESIDENTE**

Guimarães 158.124
Vizela 23.736
Total 181.860

- **ALOJAMENTOS CLÁSSICOS**

Guimarães 66.790
Vizela 9.048
Total 75.838


Três assinaturas manuscritas em tinta azul, localizadas no canto superior direito da página, ao lado das estatísticas.

Objetivos Estratégicos

A 2 de Abril de 2008, foi celebrado entre a Vimágua e os Municípios participantes o *Contrato de Gestão*, para cumprimento das exigências legais do regime jurídico do setor empresarial local e determinação objetiva e concreta de orientações estratégicas dos Municípios em relação à empresa, atenta a sua natureza de entidade gestora encarregada da gestão de serviço de interesse geral.

O Contrato de Gestão, cuja finalidade é regular os direitos e deveres estabelecidos entre os Municípios e a Vimágua, reajustando e reequilibrando, assim, em termos económicos, a relação existente, por forma a tornar viável a atividade da Vimágua, define de forma clara os objetivos da sua atividade:

- a) Assegurar a qualidade, universalidade e continuidade dos serviços de interesse geral delegados na Vimágua e enquadrados pelo Contrato de Gestão, na área dos municípios de Guimarães e Vizela.
- b) Proteger os munícipes, assegurando o funcionamento dos Sistemas e a obtenção de níveis de satisfação e de qualidade das necessidades básicas da população ao nível de distribuição de água para consumo humano e saneamento das águas residuais.

- 
- c) Manter e renovar as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outros bens afetos aos Sistemas, quando necessário.
 - d) Impulsionar a coesão local a nível económico e social.
 - e) Privilegiar a eficiência e eficácia económica desta atividade, contribuindo para o equilíbrio económico e financeiro do conjunto do setor público.
 - f) Respeitar os princípios de não discriminação e transparência.

Em 2017 foi aprovado pelos órgãos sociais da Vimágua e pelos Órgãos Executivos dos Municípios de Guimarães e Vizela, o novo Contrato de Gestão Delegada, o qual foi submetido a parecer da entidade reguladora – ERSAR.

O novo Contrato de Gestão Delegada foi elaborado considerando que, no modelo de gestão delegada dos serviços públicos objeto da atividade da Vimágua, deverão ser conciliados os dois regimes legais aprovados, posteriormente à celebração do Contrato de Gestão da Vimágua, pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, e pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, residindo na esfera da Lei n.º 50/2012 a definição das regras gerais orientadoras da tipologia das empresas, do procedimento de constituição das empresas, do funcionamento interno das empresas, bem como, do controlo financeiro acionista e externo, por um lado, e na esfera do Decreto-Lei n.º 194/2009 as regras especiais do regime municipal, as quais definem, designadamente, o conteúdo do contrato de gestão delegada, os poderes da entidade delegante, bem como, o modo de intervenção da ERSAR.

Os objetivos estratégicos definidos para a atuação da Vimágua devem compaginar-se com aqueles que são os objetivos nacionais estabelecidos para o setor do saneamento básico, plasmados no “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”, documento que sucede ao Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II).

O aludido “PENSAAR 2020” assenta em 5 eixos estratégicos, designadamente:

- Eixo 1 - Proteção do ambiente e melhoria das massas de água;
- Eixo 2 - Melhoria da qualidade do serviço prestado;
- Eixo 3 - Otimização e gestão eficiente dos recursos;
- Eixo 4 - Sustentabilidade económico-financeira e social;
- Eixo 5 - Condições básicas transversais.

Assim, temos em curso um plano que visa, entre outras ações, promover a redução e controle das infiltrações e afluência de águas pluviais às redes de águas residuais, substituir redes de água e contadores por forma a reduzir as perdas e implementar um plano de racionalização de consumo de energia.

Enquadramento Setorial

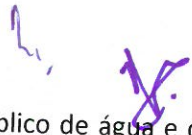

No final do ano de 2006 foi publicada a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, que aprovou o regime jurídico do setor empresarial local, revogando a anterior Lei-Quadro das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais (Lei n.º 58/98, de 18 de agosto), introduzindo um novo modelo de empresas municipais, distinto do regime anterior e aproximando-o do modelo adotado para o setor empresarial do Estado.

Neste contexto, a Vimágua, em 2007, procedeu à adequação dos respetivos Estatutos, passando a adotar um modelo de organização que melhor servia a prossecução do seu objeto, tendo em conta a natureza da atividade desenvolvida pela Vimágua, enquadrada no Capítulo II, da Lei n.º 53-F/2006 (Empresas encarregadas da gestão de serviços de interesse geral), que, de acordo com as diretrizes comunitárias e com a legislação e regulamentação nacional aplicáveis, deveria ser gerida por princípios de gestão comuns aos das sociedades comerciais, considerou-se, então, que a adoção de natureza societária era a mais consentânea com aqueles princípios, uma vez que favorecia uma gestão isenta e centrada na prestação de um serviço público de carácter geral, tendo-se procedido, por conseguinte, à transformação da Vimágua, numa Sociedade Anónima nos termos da Lei Comercial.


A Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, foi revogada pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e que determinou a necessidade de proceder a uma alteração estatutária, por forma a conformar os Estatutos da Vimágua com o disposto na Lei 50/2012.

A principal alteração que decorre para a Vimágua deste novo ordenamento jurídico prende-se com a designação do Fiscal Único que nos termos do artigo 26º da referida Lei passará a ser designado, no caso da Vimágua, pelas Assembleias Municipais de Guimarães e Vizela, sob propostas dos respetivos órgãos executivos.

Entrou em vigor em dezembro de 2013 o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o qual aprova o novo regime jurídico do setor público empresarial, estabelecendo os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.



Enquanto entidade gestora dos serviços de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas a Vimágua está sujeita aos poderes de regulação da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.



Entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010, o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que vem estabelecer o regime jurídico dos serviços municipais e intermunicipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, reunindo o regime jurídico sobre esta matéria num ato normativo, o que permite a clarificação das regras aplicáveis às entidades gestoras.

Assim, este quadro legal veio estabelecer regras sobre o relacionamento da Vimágua com os Municípios titulares do serviço, definindo um conjunto de normas, nomeadamente, quanto à gestão técnica dos serviços e ao relacionamento com os utilizadores. Fixa, também, alguns princípios gerais sobre a intervenção da entidade reguladora e estabelece um regime contraordenacional que visa sancionar o incumprimento das obrigações por parte dos vários intervenientes (entidade titular dos serviços, entidade gestora e utilizadores).

O regulador setorial (ERSAR) viu os seus poderes e independência reforçados com a publicação, em 6 de março, da Lei n.º 10/2014 que aprova os novos estatutos da ERSAR e que acarreta novas condicionantes à atividade da Vimágua e necessidade de reestruturação para resposta aos novos normativos legais.

Em face das alterações em concretização no setor das águas, o reforço dos poderes da ERSAR constitui um desafio significativo, quer para a entidade reguladora quer para as entidades reguladas, e pelo impacto que a atuação da ERSAR passa a poder ter na esfera patrimonial da Vimágua, enquanto empresa regulada, a gestão do risco regulatório torna-se uma matéria ainda mais fulcral para a Vimágua.

Além das condicionantes impostas pelo regime legal do setor e pelo seu sistema de regulação, existem outras que atuam e influenciam de forma direta a atividade e desempenho da Vimágua, com destaque para as seguintes:

- A evolução da situação económica e financeira do país;
- A variação dos custos energéticos;
- A existência de soluções privativas e individuais de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ainda que em incumprimento legal, em alternativa à ligação aos sistemas públicos;
- As verbas disponíveis para comparticipação dos investimentos.

Missão, Visão e Valores

Missão

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e a recolha e tratamento de águas residuais, pautando-se pela prestação de um **serviço de qualidade**, orientado por **princípios de eficácia de gestão**, e promovendo a **defesa dos valores de ordem social e do meio ambiente**.

Visão

Ser uma empresa de âmbito intermunicipal de referência no setor, focalizada no cliente e orientada pelas melhores práticas internacionais.

Valores

Valores Institucionais que estão subjacentes à atuação da Vimágua:

Qualidade, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência;

Responsabilidade Social na prestação dos serviços públicos essenciais;

Sustentabilidade e Eficiência na Gestão, na Defesa e Proteção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade;

Orientação para o Cliente, razão de ser da empresa;

Integridade e Transparência no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas;

Competência e Rigor na tomada de decisões e nas ações, estabelecendo a Confiança como princípio de relação entre a Vimágua e os diferentes públicos de relacionamento;

Respeito e a Prática da Legalidade;

Melhoria Contínua da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade.

Política da Qualidade, Ambiente e Segurança

A Vimágua tem na sua organização um sistema de gestão integrado da qualidade, ambiente e segurança, de acordo com os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001/NP 4397.

Consciente da sua responsabilidade para com a sociedade em geral, o meio ambiente, os seus colaboradores e subcontratados, bem como da importância de satisfazer as expectativas de clientes e partes interessadas, a Vimágua promove na sua organização uma consciencialização para a melhoria contínua do seu desempenho.

A Vimágua é auditada no âmbito do sistema de gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, quer internamente, quer externamente, pelo menos duas vezes por ano.

Em 2017 foi realizada, em março, uma auditoria interna e, em abril, uma auditoria externa pelo organismo certificador com vista à renovação e transição para as novas versões das normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001. Todas as não conformidades e oportunidades de melhoria foram devidamente tratadas e na generalidade fechadas com eficácia.

Relativamente à capacidade de resposta perante a ocorrência de emergências, a Vimágua tem implementada a prática da realização de simulacros de forma a testar os planos de emergência definidos. Desta forma, planeou e realizou um simulacro de emergência ambiental e de segurança nos quais se verificou que, de um modo geral, os colaboradores têm conhecimento dos modos de atuação a seguir e das funções a desempenhar e revelaram conhecer os principais impactes no caso de um incêndio em obra. Evidenciaram, ainda, de que modo os resíduos deviam ser geridos, mais concretamente separados e identificados. Foi, também, confirmada a capacidade de operacionalizar as metodologias definidas de resposta a emergências.

Não ocorreu nenhuma situação de emergência em nenhum dos edifícios da Vimágua. Manteve-se atualizada a documentação das várias medidas de autoproteção.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Conduta e Ética

A promoção e difusão de valores de integridade, probidade, transparência e responsabilidade são contextos transversais a todas as abordagens promovidas sob a temática de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.

Em 25 de fevereiro de 2015 foi aprovado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Vimágua, encontrando-se o mesmo disponível no sítio eletrónico, de acordo com o previsto na Recomendação n.º 1/2009, publicada na 2ª série do Diário da República, n.º 140 de 22 de julho de 2009.

O Plano incide na contratação pública e na atribuição de subsídios e outros benefícios devido à alta probabilidade de ocorrência de fenómenos de corrupção, todavia não se esgota aqui o seu campo de atuação.

Foi, também, aprovado o Código de Conduta e Ética, na senda do fixado no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo a Vimágua promovido ações de formação e divulgação dos dois

documentos, implicando todos os trabalhadores da empresa, com vista à formação de uma consciência coletiva dos valores preconizados, pautada pelo escrupuloso cumprimento dos objetivos enunciados no Código de Conduta e Ética.

A luta contra a corrupção exige uma mudança cultural e de comportamento de cada cidadão, porque uma sociedade só muda quando o conjunto dos indivíduos que a compõem modifica os seus comportamentos. Com o comprometimento de todos é possível controlar os efeitos nefastos de atos de corrupção. Para isso é determinante o fator Educação. Apenas com a formação de cidadãos conscientes, comprometidos com a Ética e a Lei é possível minorar a ocorrência de atos de corrupção.

Sendo a realidade da vida e das instituições dinâmicas, também assim são os planos, daí que, anualmente, o Conselho de Administração pondere e elabore um relatório síntese de execução das medidas plasmadas no Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, extraíndo as devidas conclusões e identificando os pontos a melhorar e, conseqüentemente, a ser incluídos no Plano original.

Em 2017, não foram identificados indícios de práticas de corrupção ou infrações conexas nem foram apresentadas reclamações contra qualquer administrador ou colaborador da Vimágua.

Em resultado da análise interna, com vista à avaliação do cumprimento das medidas e mecanismos de controlo instituídos e a identificação de eventuais fragilidades no sistema de controlo interno nas áreas de maior risco, a par da identificação de situações efetivas ou potenciadores de atos de corrupção e infrações conexas, consideramos que o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas foi globalmente cumprido não havendo necessidade de revisão ou aperfeiçoamento do mesmo.

Comunicação e Educação

Educação/Responsabilidade Social

No decorrer do ano de 2017, foram várias as iniciativas promovidas pela Vimágua, no âmbito da educação e responsabilidade social.

Assim, como é já tradição, a semana de 20 a 26 de março, foi uma semana dedicada às comemorações do Dia Mundial da Água, que se assinala no dia 22 de março.

Procurou-se, uma vez mais, proporcionar momentos de reflexão sobre a água, a disponibilidade dos recursos hídricos, formas de poupança da água e proteção das linhas de água.

A Vimágua contou com a colaboração de importantes parceiros, a Câmara Municipal de Guimarães, a Câmara Municipal de Vizela, o Laboratório da Paisagem, o Centro de Ciência Viva e a Biblioteca Raúl Brandão, que muito nos prestigiam com a sua participação e a quem muito agradecemos a prestimosa colaboração.

Assim, logo no dia 21 de março, terça-feira, a Vimágua participou numa iniciativa promovida pelo SEPNA – Secção de Programas Especiais do Destacamento Territorial da GNR de Guimarães – inserida no Plano de Operações da Guarda Nacional Republicana para a área da educação ambiental.

A referida iniciativa consistiu numa caminhada, designada Caminhada Verde, que teve início às 8:30 horas, junto à igreja de Briteiros, S. Salvador e terminou pelas 12:30 horas, na Citânia de Briteiros, promovendo-se práticas para uma vida saudável, onde não faltaram as demonstrações, exposições e experiências relacionadas com a importância da Água, defesa da floresta e do meio ambiente.

No dia 22 de março, desenvolveram-se atividades lúdicas e pedagógicas na Escola EB 2,3 de Briteiros.

Nesse mesmo dia 22, o Centro de Ciência Viva promoveu uma conversa sobre a água e controlo de qualidade que é feito à água do sistema público de distribuição de água.

Já pelas 21:00 horas, decorreu na sede da Junta de Freguesia de Lordelo, uma sessão do “Café com Ambiente”, que teve como intervenientes o Engenheiro Pimenta Machado, diretor da ARH Norte da Agência Portuguesa do Ambiente, o Engenheiro Paulo Ramísio, Vice-Presidente do Laboratório da Paisagem, a Dra. Elisabete Machado, Coordenadora do Aces Alto Ave e o Presidente do Conselho de Administração da Vimágua.

No dia 24, pelas 14:30 horas, a Vimágua procedeu à entrega da Garrafa reutilizável às crianças do Infantário de S. Francisco, ação que desenvolveu desde o início do ano lectivo em todas as escolas de jardins-de-infância e escolas do primeiro ciclo do ensino básico, tendo sido, no decorrer do ano de 2017, entregues cerca de 10 Mil garrafas reutilizáveis.

A garrafa reutilizável da Vimágua marca, assim, já presença em todas as escolas do primeiro ciclo do ensino básico e jardins-de-infância, dos concelhos de Guimarães e Vizela.

Em todos os locais que visitou, para a entrega da garrafa, a Vimágua desenvolveu uma pequena apresentação do objeto, informando sobre quais os cuidados a observar no seu manuseamento, dinamizou um workshop de personalização da garrafa e esclareceu a comunidade docente e não docente sobre o tratamento a que é sujeita a água do sistema público de abastecimento de água.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

O tema proposto pela UN-Water para assinalar o Dia Mundial da Água e promover uma reflexão à escala global foi: Águas Degradadas.

Assim, nos balcões de atendimento da Vimágua procurámos divulgar informação atinente ao tema.

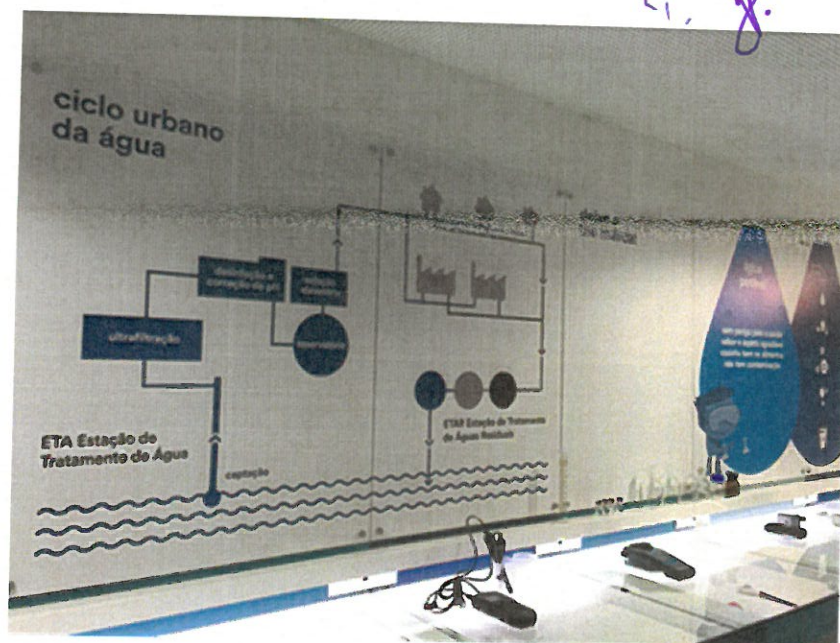
A reutilização segura da água rejeitada é uma área que irá ser objeto de importantes desenvolvimentos, nos próximos anos, particularmente, nos processos produtivos de diferentes indústrias, em particular, da indústria alimentar, podendo ser vista como um potencial recurso, passível de ser reutilizado, depois de devidamente tratada, vindo a trazer benefícios económicos e ambientais.

Na agricultura a reutilização da água degradada poderá ser especialmente benéfica, na medida em que, devidamente tratada, essa água terá elevados níveis de nutrientes, pelo que sendo feita uma adequada utilização trará valiosos benefícios quer à segurança alimentar quer ao meio ambiente.

Alertámos, pois, para a imperiosa necessidade da tomada de consciência de que a Vida funciona em ciclo e que os recursos naturais não são infinitos.

Assim, tal como o ciclo urbano da água encerra uma interdependência na sequenciação das suas diferentes etapas, também cada um de nós é parte nesta cadeia, sendo a sua responsável atuação indispensável à sustentabilidade dos recursos naturais disponíveis.

Estas ideias foram, também, tratadas nas Oficinas da Água, um espaço vocacionado para o público infanto-juvenil, dos 5 aos 13 anos e que foi visitado por mais de 900 alunos de várias escolas e por diversas instituições dos concelhos de Guimarães e Vizela.



Oficinas da Água – ETA, Sta. Eufémia de Prazins

A 7 de maio a Vimágua participou no “Vizela em Festa”, iniciativa promovida pela Câmara Municipal de Vizela.

A iniciativa decorreu no Parque das Termas de Vizela, tendo a Vimágua promovido a realização de um Workshop onde incluiu atividades lúdicas relacionadas com as formas de poupança de água e a dinamização de algumas experiências laboratoriais, com o objetivo de dar a conhecer quais os constituintes da água e como se consegue distinguir uma água tratada de uma água não tratada.



Parque das Termas de Vizela

A Vimágua participou, ainda, no *Green Week*, promovido pelo Laboratório da Paisagem, Câmara Municipal de Guimarães e Comissão responsável pela candidatura de Guimarães a Capital Verde Europeia, inserido no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente, dia 5 de junho.

A Vimágua marcou, assim, presença com um Stand Institucional, onde se reuniu informação sobre o serviço que presta e onde as crianças puderam desenvolver atividades lúdicas, designadamente um workshop de personalização da garrafa reutilizável da Vimágua e outras atividades com recurso a material pedagógico que lhes foi disponibilizado.



Green Week 2017 – Alameda de S. Dâmaso

Proseguimos com a campanha “Separe as Águas”, tendo em conta a importância da separação de redes, águas residuais e águas pluviais, para o normal funcionamento do sistema público de saneamento de águas residuais urbanas.

A ligação das águas pluviais à rede de saneamento é uma prática incorreta, com efeitos muito negativos, quer na qualidade das massas de água, uma vez que as descargas dos sistemas por excesso de volume de água residual, em tempo húmido, constituem focos de contaminação, quer pelo acréscimo de volume de água a tratar, o que aumenta o custo com o tratamento, que será repercutido no utilizador.

Prosseguindo a campanha para a ligação às redes, promoveram-se inúmeras iniciativas, criaram-se outdoors e disponibilizou-se informação no sítio eletrónico da Vimágua.

Os meios de comunicação social, rádios e jornais, têm, também, vindo a passar informação sobre a importância da adesão aos sistemas públicos, da separação dos sistemas e da adequada utilização dos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais.

A Vimágua quer afirmar-se como uma marca de confiança e em todas as iniciativas que promove acrescentar valor. Uma das estratégias principais na atuação com os utilizadores é a parceria com a saúde pública, de onde se parte para a educação e mudança de hábitos, parceria essa que se pretende manter e aprofundar.

O ano de 2017 foi, também, um ano de consagração da Garrafa reutilizável da Vimágua.

Assim, a garrafa reutilizável foi objeto da atribuição de três importantes prémios de design: *IF, Design Award, Red Dot Award - Communication Design 2017* e *German Design Award – Winner Award*.

Para a Vimágua todas estas distinções são motivo de orgulho e satisfação, acima de tudo, porque o investimento que fez resultou. As pessoas usam a garrafa, enchem com água da rede pública e sentem o objeto como seu.

A nova garrafa reutilizável da Vimágua tem design inspirado na forma geométrica de uma gota de água, é ergonómica, especialmente concebida para ser utilizada por crianças e transportada nas suas lancheiras, tem uma capacidade 450ml e pesa 23,5g, o que é muito interessante do ponto de vista ambiental.

Este é, assim, um objeto amigo do ambiente, sendo extremamente leve e 100% reciclável, produzido pressupondo uma menor utilização de energia, quando comparado com outras garrafas reutilizáveis desenvolvidas com recurso a outros materiais.

O desenvolvimento e produção são da responsabilidade da **Logoplaste Innovation Lab**, um importante parceiro da Vimágua, desde a criação da primeira garrafa reutilizável.

Esta garrafa serviu, principalmente, para demonstrar que com pequenos gestos podemos criar uma enorme significância, quanto apreendidos por todos, assim ao reutilizarmos esta garrafa evitamos o desperdício de plástico e salvaguardamos o meio ambiente.

As crianças criaram uma empatia imediata com o objeto. Hoje, são já as crianças a exigir dos pais a mudança.

Esta garrafa é a prova de que os objetos podem servir a mudança, para hábitos mais saudáveis e amigos do ambiente.

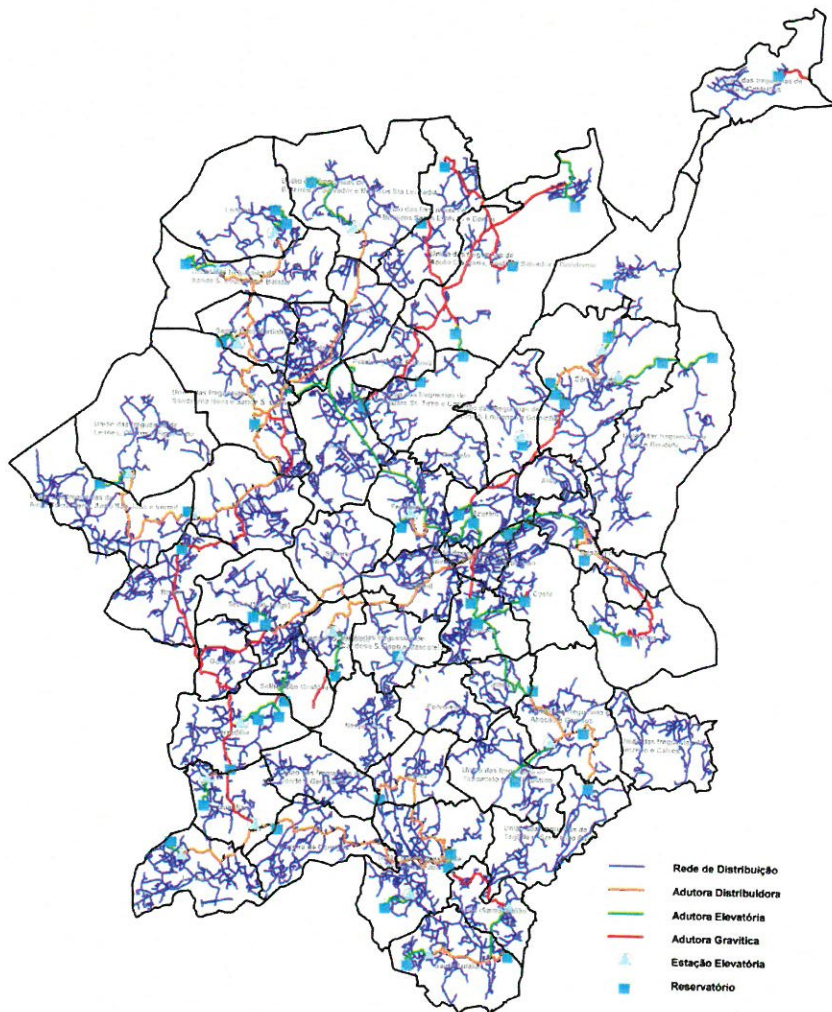


Áreas de Atividade

A gestão das diferentes fases do Ciclo da Água em que a Vimágua tem intervenção - **captação, tratamento e distribuição de água para consumo público** e **saneamento de águas residuais urbanas** – mantém-se orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do serviço prestado aos seus clientes e utilizadores e da Rentabilidade

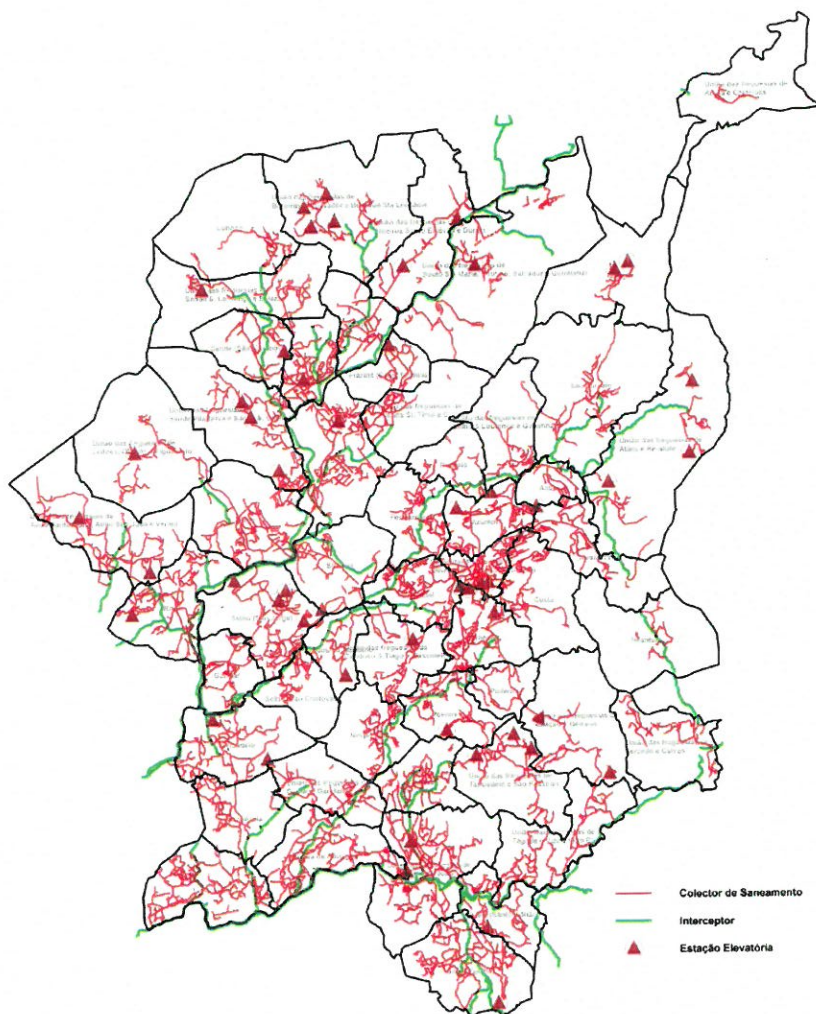
É nestas áreas que se geram a quase totalidade dos proveitos da Empresa, representando, também, a parte mais significativa dos seus custos operacionais.

Infraestruturas do sistema de abastecimento de água



- 2 Estações de Tratamento de Água (ETA)
- 1371 Km de condutas de água (inclui adução e distribuição)
- 55 Reservatórios
- 22 Estações elevatórias
- 14 Hidropressores
- 22 Postos de cloração/recloração
- 126 VRP's

Infraestruturas do sistema de saneamento de águas residuais



- 822 Km de condutas de saneamento de águas residuais
- 56 Estações elevatórias
- 25 Fossas Sépticas
- 1 ETAR

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

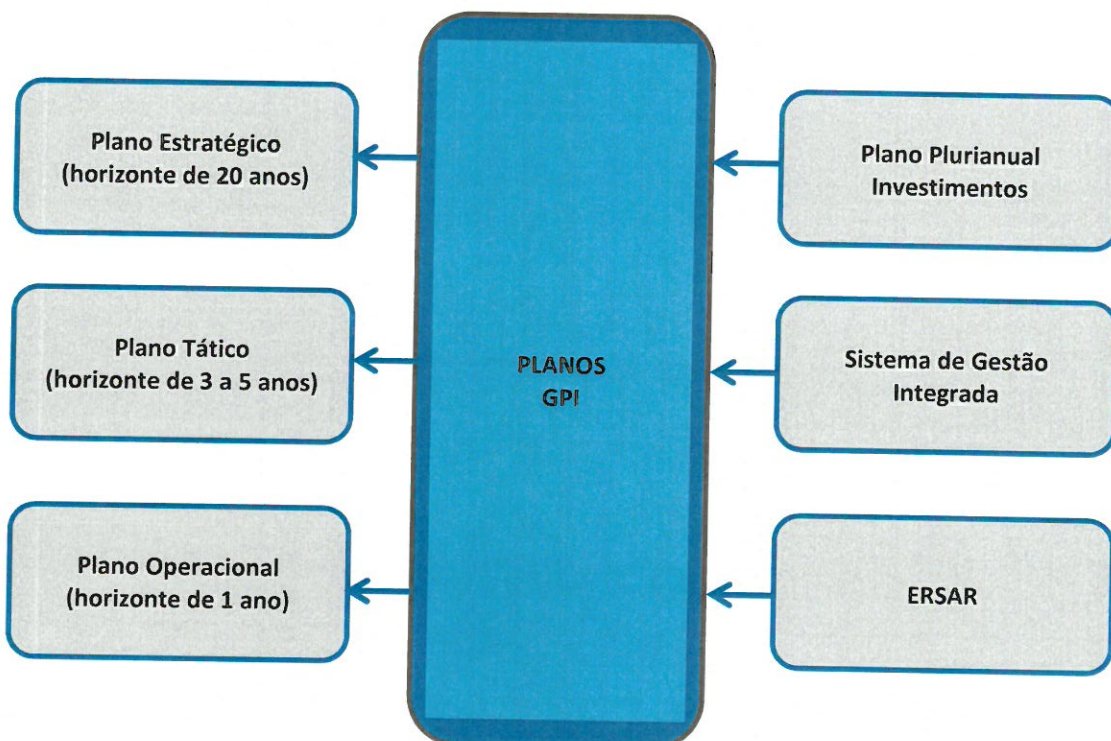
Gestão Patrimonial de Infraestruturas

Baseado na continuidade da qualidade do serviço prestado, na vertente de assegurar a sustentabilidade do serviço, infraestrutural e económica a longo prazo, a Vimágua definiu um conjunto de projetos e iniciativas, no sentido de garantir uma melhor e maior eficácia e eficiência na sua atuação. Enquadrada pela exigência legal do Decreto-Lei n.º 194/2009, e com base nas recomendações técnicas da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), constantes dos Guias Técnicos 16 e 17, procedeu-se à implementação, em 2017, da Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI) ajustado à realidade da Vimágua como Entidade Gestora, tendo sido aprovado o **“Plano Estratégico de Gestão Patrimonial de Infraestruturas - 2018 – 2038”**.

O plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas articula-se com os seguintes instrumentos de planeamento:

- Plano Plurianual de Investimentos (PPI);
- Política do Sistema de Gestão Integrada da Qualidade, Ambiente e Segurança;
- Política da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR);
- Plano Estratégico de GPI;
- Planos Táticos de GPI;
- Planos Operacionais de GPI.

A figura seguinte esquematiza de forma gráfica as relações entre os vários instrumentos de planeamento:



Abastecimento de água:

A atividade na área do serviço público de abastecimento de água, cuja gestão compete à Vimágua, engloba, concretamente, quer o “sistema em baixa” quer o “sistema em alta”, ou seja, a produção, o tratamento, o armazenamento e a distribuição ao consumidor final, sendo, portanto, completamente independente de qualquer sistema multimunicipal.

Neste capítulo, a Vimágua é responsável pela gestão de um parque de 55 reservatórios, 22 Estações Elevatórias (EEA) e 14 hidropressores (Hid.). No seu conjunto, a totalidade destes equipamentos disponibiliza uma capacidade de reserva total de aproximadamente 60.000 metros cúbicos.

O transporte e a distribuição da água são efetuados através de canalizações com uma extensão de aproximadamente 1.371 quilómetros de condutas adutoras e distribuidoras, às quais se encontram ligados 59.834 ramais domiciliários.

A água que a Vimágua distribui é proveniente de 2 captações superficiais (Prazins St^a Eufémia e Gondomar) e 5 subterrâneas (Rocha, Senhoras do Monte, Minas da Penha-nascente, Minas da Penha poente e Castelões).

Para garantir a qualidade da água distribuída, encontram-se em funcionamento, 22 postos de cloragem/recloragem e 8 postos de correção de pH, todos com localizações estrategicamente determinadas.

Atenta a orografia dos concelhos de Guimarães e de Vizela, a manutenção de pressões de serviço é feita com recurso a 126 válvulas redutoras e estabilizadores de pressão, estrategicamente inseridas nas redes distribuidoras gravíticas.

A Vimágua tem ainda a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2017, foram executadas 632 novas ligações domiciliárias à rede pública de água e alteradas 88 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

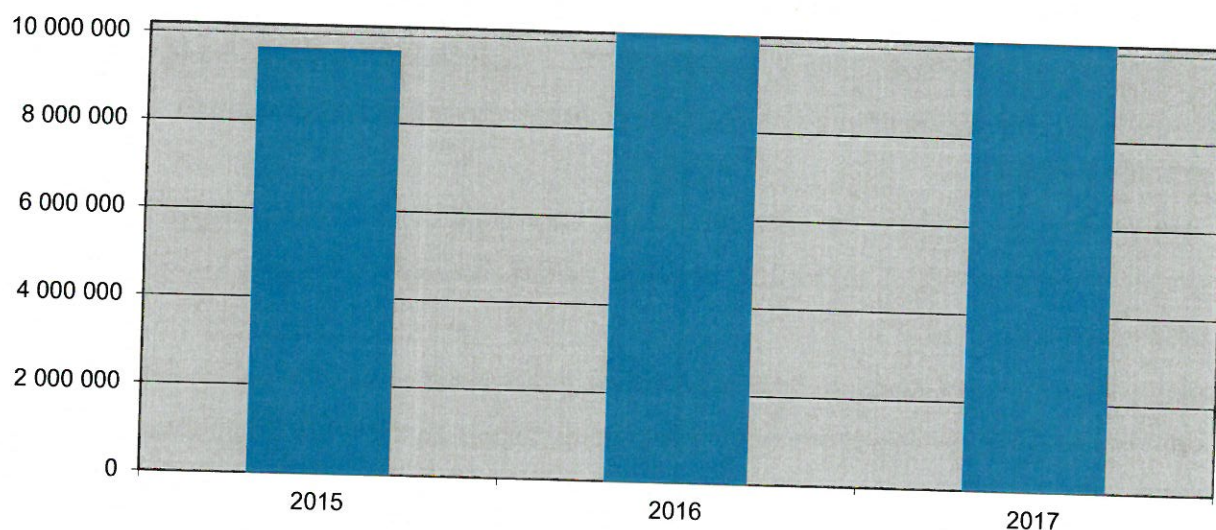
- Implementação de planos de higienização de reservatórios, estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de estações elevatórias e hidropressores;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de válvulas redutoras de pressão;

- Pesquisa ativa de fugas;
- Redução do tempo de início na reparação de fugas;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

Produção e Distribuição de Água

O volume total de água captada pela Vimágua em 2017 foi de 10.856.321 metros cúbicos, representando um acréscimo de 3,3%, quando comparado com o ano de 2016.

Volume de água captada



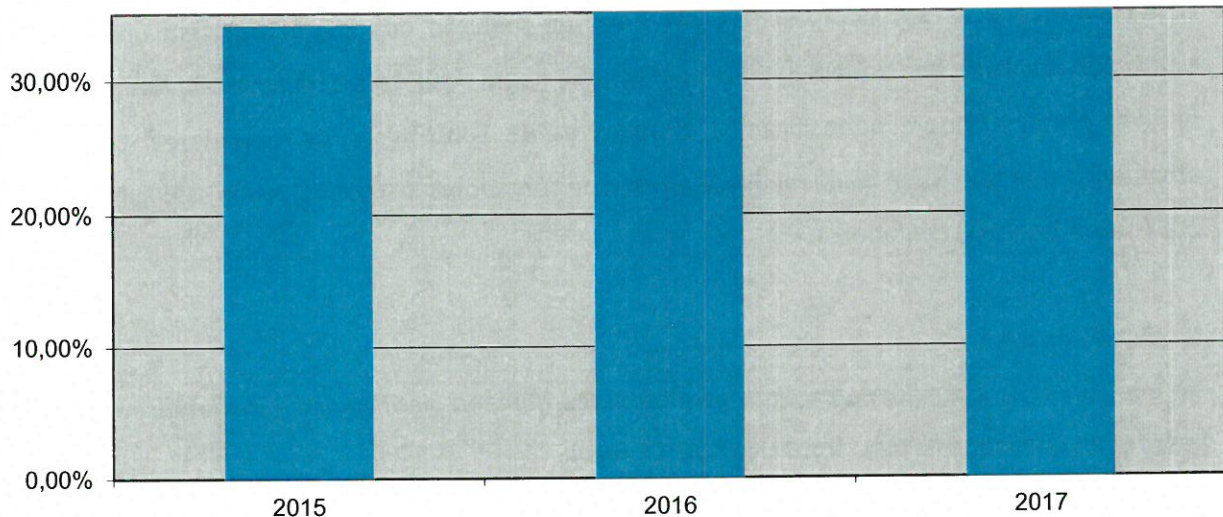
O volume de água faturada aos utilizadores do serviço público de abastecimento de água foi de 6.669.361 metros cúbicos, o que representa um crescimento de 3,13%, relativamente ao ano anterior, acréscimo decorrente do aumento do número de clientes.

As perdas de água dividem-se em perdas reais e perdas aparentes, sendo que o indicador de perdas reais representa o volume total de perdas físicas de água do sistema em pressão, até ao contador do cliente, e o indicador de perdas aparentes contabiliza todos os tipos de imprecisões associadas às medições da água produzida e da água consumida e ainda o consumo não-autorizado (por furto ou uso ilícito).

Relativamente ao indicador de água não faturada, calculado pela diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado faturado, regista-se um valor idêntico ao do ano anterior, tendo-se fixado

nos 38,57%. Este indicador inclui não só as perdas reais e aparentes, mas também o consumo autorizado não faturado, onde se inclui a água para combate a incêndios.

Água não faturada



A redução dos volumes de água não faturada constitui um objetivo central da Vimágua que exige múltiplas intervenções.

No âmbito da substituição de redes, procedemos ao lançamento de empreitadas para substituição da rede de água na Rua Laurinda Ferreira Magalhães – 3ª fase, em Moreira de Cónegos, substituição da rede de água na Rua João Paulo II, e Rua Eng.º Duarte Amaral, em Fermentões e Pencilo respetivamente, substituição da rede de água na Rua de Francos, em Azurém, substituição da rede de água na Rua Reitor Francisco José Ribeiro, em Ponte, substituição da rede de água na Travessa da Veiga, em Fermentões, substituição da rede de água na Rua da Boavista (EN 310 entre o Km 14,37 e o Km 14,62), em Sande São Clemente, substituição da rede de água na Rua Comendador Domingos Torcato Ribeiro, Praceta Lyons Internacional, Rua Santa Marinha da Costa e Rua João de Oliveira Salgado, na Costa e, substituição da rede de água na Rua de São Miguel e na Rua das Eiras, em Creixomil.

Continuamos o trabalho de modelação da pressão de serviço nas redes de distribuição, através da instalação de Válvulas Reguladoras de Pressão.

Temos vindo a investir em sistemas de monitorização da rede de água, com o objetivo de identificar a ocorrência das fugas e consumos abusivos, densificando o sistema de telegestão, para reforço do controlo e monitorização em contínuo dos caudais de água captados e distribuídos, dos valores de pressão, dos níveis de água nos reservatórios e do estado dos equipamentos em geral.

Assim, em 2017, foram criadas Zonas de Medição e Controlo (ZMC), com o objetivo de monitorizar caudais, avaliar o desempenho das redes de abastecimento e, orientar estratégias com vista a redução de água não faturada e controlo efetivo de perdas.

Foram reforçados os meios técnicos e humanos afetos ao “Plano de Ação – Redução do Volume de Água não Faturada”, tendo-se constituído uma equipa dedicada, em exclusivo, à pesquisa de fugas de água.

Considera-se que as perdas aparentes por erros de medição dos contadores têm um impacto de significado relevante que poderá justificar um volume muito significativo de água não faturada. Por esse motivo, prosseguimos e intensificamos o programa de substituição de contadores, o qual visa a atualização e a redução da idade média do parque de contadores instalados, tendo sido substituídos, em 2017, cerca de 5.000 contadores.

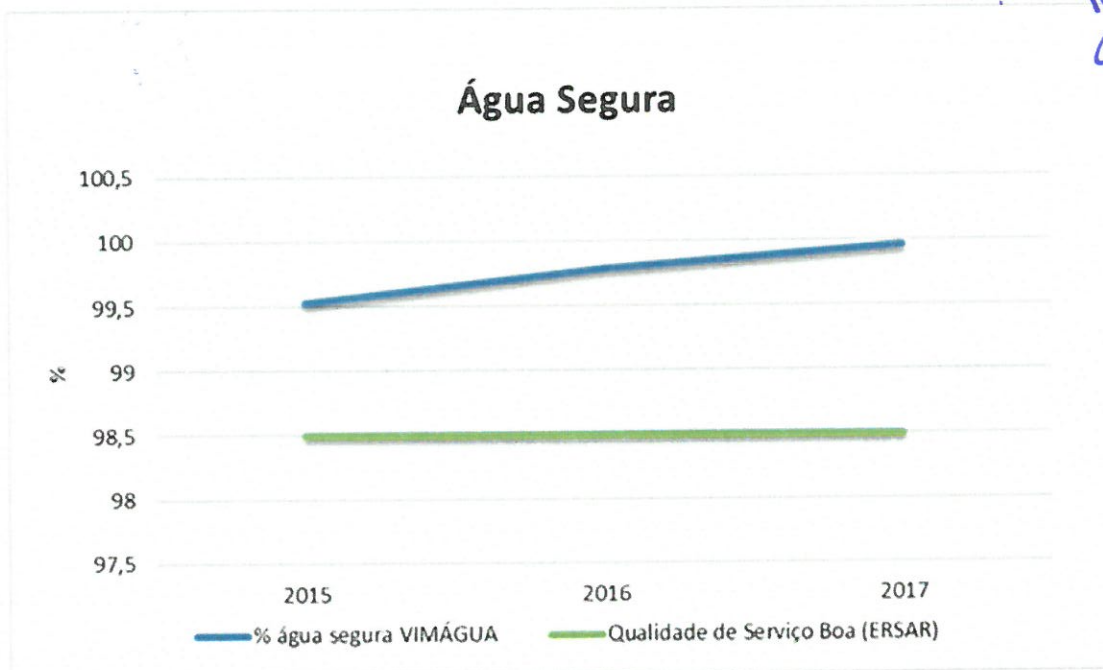
Qualidade da água

No que concerne à **qualidade da água** para consumo humano, verificou-se a manutenção de elevados padrões de qualidade na água fornecida pela Vimágua.

O programa de monitorização da qualidade da água do Sistema Vimágua integra três componentes:

- 1- Controlo legal – Plano de Controlo de Qualidade da Água aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR);
- 2- Controlo operacional – águas brutas superficiais e subterrâneas, reservatórios de água tratada, controlo da eficiência do tratamento da água nas Estações de Tratamento de Água (ETA) e pontos da rede de abastecimento de água;
- 3- Controlo de verificação – aquando dos incumprimentos de valor paramétrico e de reclamações da qualidade da água.

No âmbito da execução do Programa de Controlo da Qualidade de Água para consumo humano, com reporte ao ano de 2017, registámos 99,96% de cumprimento dos valores paramétricos exigidos por Lei, o que permite classificar a água distribuída pela Vimágua, como sendo de boa qualidade, uma água segura, de acordo com o Guia de Avaliação da Qualidade de Serviço da ERSAR, que se tem vindo a manter nos últimos anos.



O programa de monitorização da qualidade da água, aprovado pela Entidade Reguladora, foi, integralmente, cumprido.

Os incumprimentos detetados trataram-se de situações pontuais, sem continuidade e a repetição das amostragens e análises, sempre realizada nestas situações, confirmou a não existência de qualquer problema com significado para a saúde pública.

Importa sublinhar que, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) distinguiu a Vimágua com o “Selo de Qualidade exemplar de água para consumo humano”.



Águas Residuais

A atividade na área do serviço de saneamento de águas residuais urbanas, cuja gestão compete à Vimágua, diz respeito ao “sistema em baixa”, ou seja, a recolha e encaminhamento das águas residuais até ao sistema de tratamento em alta, explorado em regime de concessão, em todo o Vale do Ave, por um sistema multimunicipal.

Neste domínio, a Vimágua é responsável pela gestão de uma rede com aproximadamente 822 quilómetros de coletores, aos quais se encontram ligados 44.467 ramais domiciliários, e que engloba 56 EEAR (Estações Elevatórias de Águas Residuais).

São, também, geridas pela Vimágua pequenas redes de drenagem de águas residuais com ligação a fossas coletivas ou ETAR situadas, quase exclusivamente, em loteamentos, e cuja ligação às redes principais não se mostra economicamente viável. Assim, a Vimágua assegura a manutenção de 1 ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) e de 25 FSC (Fossa Séptica Coletiva). Para além destas infraestruturas públicas, a Vimágua assegura ainda a manutenção de fossas privadas sempre que o respetivo proprietário o solicite.

A Vimágua tem, ainda, a incumbência de proceder à construção de novas ligações domiciliárias, quer seja a pedido dos interessados quer seja por iniciativa própria, havendo, neste caso, a distinguir a execução de novas ligações e a renovação das existentes. Assim, durante o ano de 2017, foram executadas 560 novas ligações domiciliárias à rede pública de saneamento e 4 ligações existentes que necessitaram de intervenção corretiva.

Nesta atividade operacional, os objetivos traçados visam garantir a prestação de um serviço público de qualidade, passando pela concretização dos seguintes pontos:

- Implementação de planos de manutenção preventiva das redes de drenagem;
- Implementação de planos de vigilância e manutenção de Estações Elevatórias;
- Implementação de planos de manutenção preventiva de FSC - Fossas Sépticas Coletivas - e ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais;
- Aumento da eficácia nas reparações efetuadas.

A ocorrência de afluências pluviais indevidas e de caudais de infiltração prejudicam o desempenho dos sistemas de drenagem, tendo como efeito a sobrecarga hidráulica e consequente extravasamento dos sistemas.

As afluências pluviais indevidas têm geralmente origem em redes prediais pluviais ligados aos ramais e à rede de saneamento, enquanto a infiltração ocorre devido a problemas estruturais nos coletores, nas juntas, ligações e câmaras de visita.

A redução das aflúências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração constitui um objetivo estratégico para a Vimágua, tanto por razões económico-financeiras, como por razões ambientais.

Do ponto de vista económico, o aumento do volume de água para tratamento, nomeadamente após grandes precipitações, traduz-se num aumento de custos para a entidade gestora.

Do ponto de vista ambiental reduzir as aflúências pluviais indevidas e dos caudais de infiltração significa reduzir os extravasamentos, evitando desta forma a poluição dos meios recetores.

Neste contexto, salienta-se o trabalho sistemático do Setor de Fiscalização na deteção dessas aflúências e no subsequente processo de notificação dos proprietários dos imóveis.

Gestão de Clientes

A Missão e Cultura de atuação da Vimágua tem como pilares fundamentais os Valores já enunciados, pelos quais se pauta e os quais, simultaneamente, promove, no seu âmbito de atuação. A satisfação dos clientes, claramente assumida na Política de Gestão da Qualidade e Segurança adotada, encerra em si aquele que será o principal Valor, pela sua importância intrínseca e, também, por ser aquele que pode aglutinar e sintetizar todos os outros.

O contínuo desenvolvimento de uma cultura de serviço ao Cliente é uma orientação estratégica que se concretiza no desenvolvimento de iniciativas direcionadas para a melhoria contínua do serviço prestado.

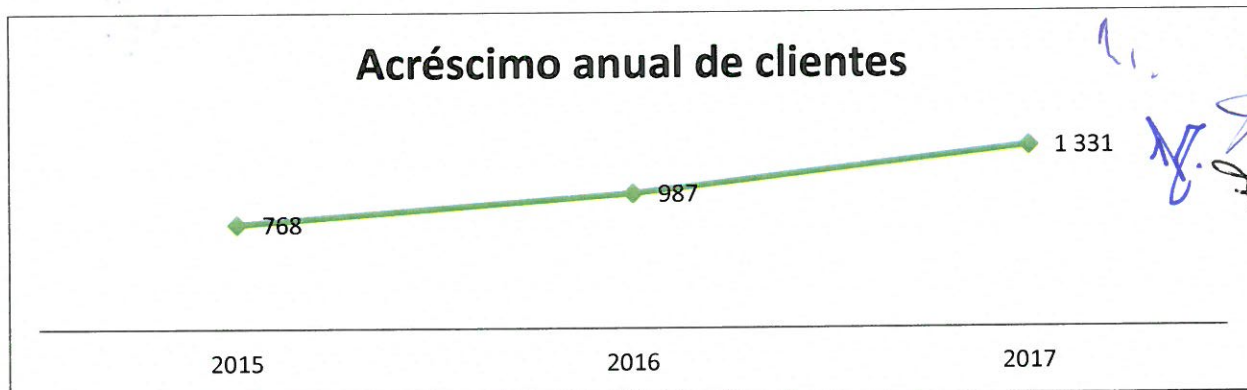
Clientes em números

No final de 2017 o número total de clientes da Vimágua era de 66.530, sendo 63.549 clientes de água e 59.922 clientes de saneamento.

Os clientes totais da Vimágua cresceram 2,04% comparativamente ao final do ano de 2016.

Tipo de cliente	2002	2015	2016	2017
Doméstico	37 138	55 353	56 159	57 241
Não Doméstico	6 506	8 859	9 040	9 289
Total	43 644	64 212	65 199	66 530

De realçar que desde o final do primeiro exercício de atividade (2002), a Vimágua regista um acréscimo de 22.886 clientes, a que corresponde uma taxa de crescimento de 52,44% e uma taxa média de crescimento anual próxima de 3,5%.

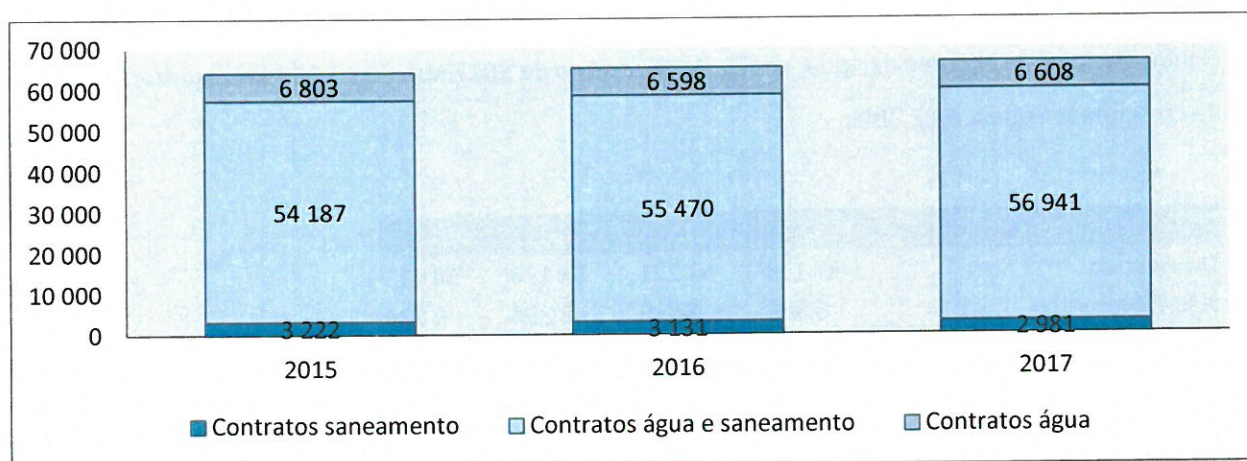


No triénio 2015-2017 a Vimágua registou um acréscimo de 3.086 clientes.

Em 2017 o crescimento anual de clientes (+1.331) foi significativamente superior ao registado nos anos anteriores, refletindo a adesão às novas redes e o resultado do processo de notificação aos utentes com serviço disponível e sem ligação às respetivas redes.

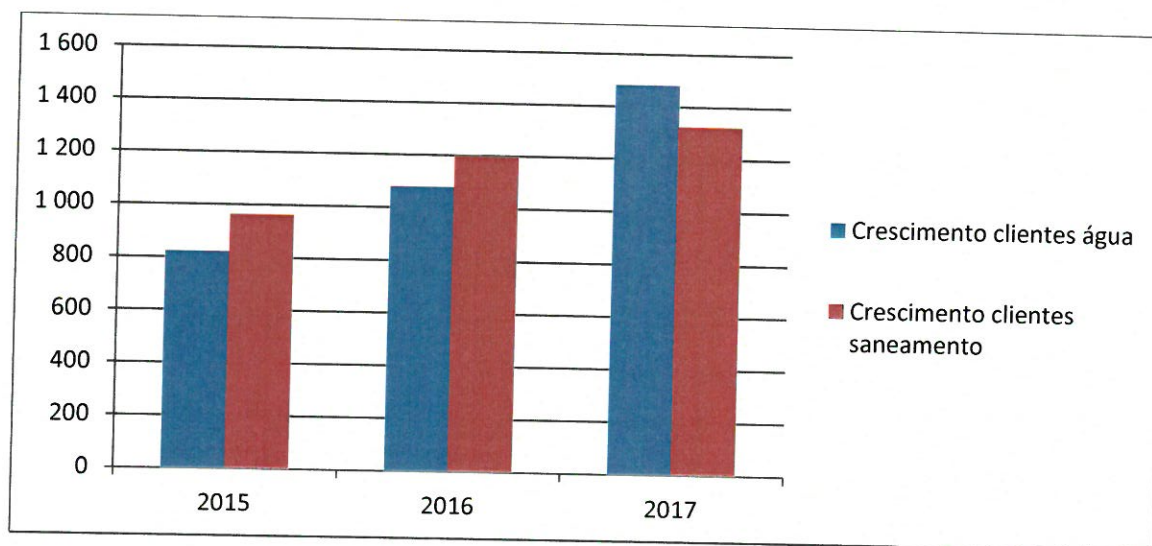
Consoante a natureza dos serviços existem três tipologias de contratos: “contratos de saneamento”, “contratos de água e saneamento” e “contratos de água”.

Tipo de contratos	2015	2016	2017
Contratos saneamento	3 222	3 131	2 981
Contratos água e saneamento	54 187	55 470	56 941
Contratos água	6 803	6 598	6 608
Total	64 212	65 199	66 530



Realça-se, em 2017, tal como já havia sucedido no ano anterior, o acréscimo de clientes com contrato de água e saneamento, também designado por contrato único, (+1.471) parcialmente contrabalançado pelo

decréscimo de contratos só de saneamento (-150), registando-se um ligeiro acréscimo de contratos só de água (+10). Com efeito o crescimento de clientes de saneamento (+1.321) foi inferior e próximo do crescimento de clientes de água (+1.481), contrariamente aos anos anteriores. Estes números são relevantes porque realçam a tendência iniciada em 2015 de ligação aos dois serviços públicos: água e saneamento.



Os resultados do último triénio evidenciam por um lado o forte investimento em redes de saneamento, por outro, o trabalho de fiscalização e controlo das ligações à rede pública de saneamento sem contratação do serviço com a Vimágua e, por último, o procedimento de obrigatoriedade de ligação às redes e contratação dos serviços implementado.

Cientes de água

O número total de clientes de água, em 31 de dezembro de 2017, era de 63.549 representando uma taxa de crescimento anual de 2,39%.

Tipo de cliente	2002	2015	2016	2017
Doméstico	37 138	52 271	53 174	54 415
Não Doméstico	6 506	8 719	8 894	9 134
Total	43 644	60 990	62 068	63 549

No final do ano a Vimágua passou a contar com mais 1.481 clientes, comparativamente com o final de 2016.

Da análise da evolução de clientes, concluímos que, tradicionalmente, o maior acréscimo é registado nos clientes familiares, resultado da expansão dos serviços públicos aos anéis externos dos concelhos, onde o peso dos serviços e indústrias é menor, mas onde um grande número de pessoas passou a contar com a Vimágua como parceira de saúde pública, ambiente e qualidade de vida.

Nos últimos dois anos, esta tendência é contrariada, tendo havido maior crescimento dos clientes não domésticos, com +2,01%, e +2,7%, em 2016 e 2017, respetivamente, tendo a taxa de crescimento dos clientes domésticos ficado em +1,73% e 2,33%. De facto, continuamos a obter resultados significativos na adesão das famílias, com um reforço, nestes últimos dois anos, da contratação de clientes não domésticos.

O número de clientes de água teve um acréscimo de 19.905 novos clientes, desde final de 2002, a que corresponde uma taxa de crescimento de cerca de 46% e uma taxa de crescimento anual média ligeiramente superior a 3%.



O acréscimo anual de clientes de água, o qual representa, também, um acréscimo no indicador de adesão às redes públicas, reflete por um lado o desfasamento temporal que existe entre a disponibilização de redes e a ligação da população às mesmas, num território fortemente marcado por origens alternativas, e, por outro, o trabalho contínuo que vem sendo desenvolvido pela Vimágua para promoção da adesão às redes públicas.

Clientes de saneamento

O número total de clientes de saneamento, em 31 de dezembro de 2017, era de 59.922 representando uma taxa de crescimento de 2,25%.

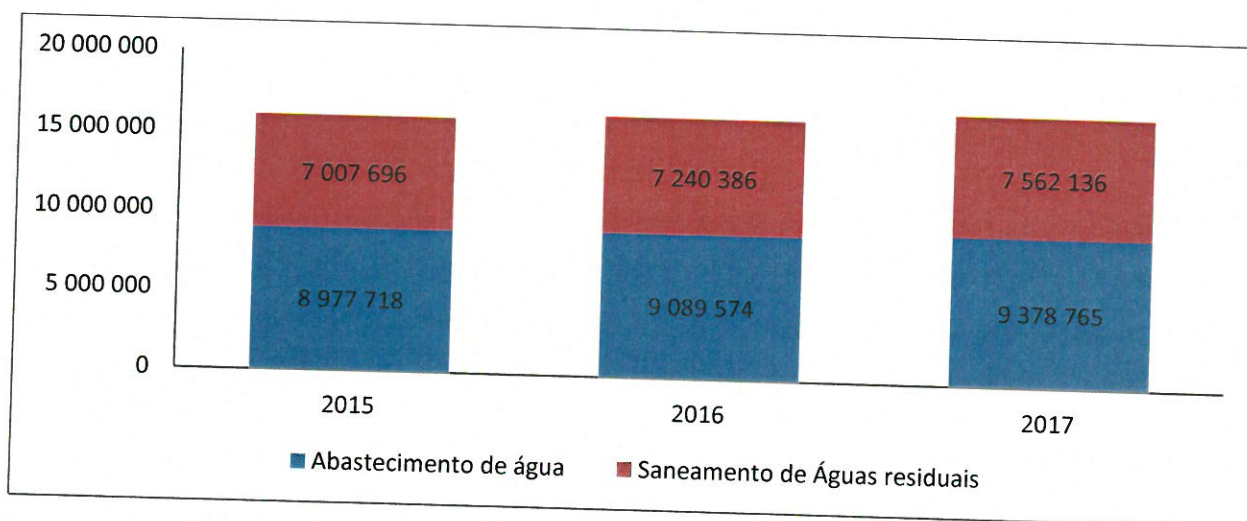
Tipo de cliente	2015	2016	2017
Doméstico	50 640	51 678	52 793
Não Doméstico	6 769	6 923	7 129
Total	57 409	58 601	59 922

No triénio 2015-2017 a Vimágua continua a registar um crescimento muito significativo de clientes de saneamento, com efeito passamos a ter mais 3.474 clientes.



Dados de Faturação

A faturação periódica de clientes, referente aos serviços prestados pela Vimágua, totalizou no exercício de 2017 o valor 16.940.901 Euros, representando um crescimento de 3,74% quando comparado com o exercício de 2016.

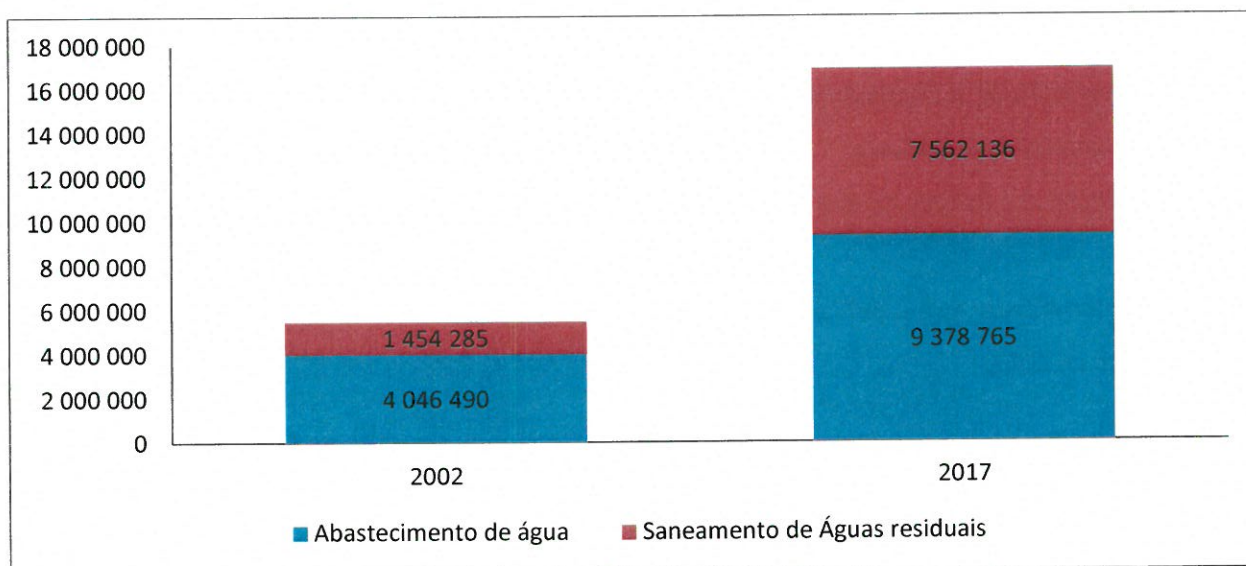


Analisados os dados da faturação em valor e em quantidade, verificámos que registámos crescimento nas quantidades e valores faturados de tarifas fixas, tanto no serviço de abastecimento de água como no serviço de saneamento de águas residuais, resultante do crescimento do número de clientes. No que às tarifas variáveis respeita registou-se um acréscimo de faturação de água, tanto em volume (+202.454m³) como em valor (+232.883Euros), e um acréscimo significativo na faturação do serviço de saneamento (+4,44%), resultante do impacto positivo do crescimento de clientes conjugado com o impacto positivo do volume de água faturada.

Atividade	Valor (€)			Variação 17/16
	2015	2016	2017	
Abastecimento de água	8 977 718	9 089 574	9 378 765	3,18%
- Tarifa Variável	6 035 371	6 102 992	6 335 875	3,82%
- Tarifa Fixa	2 942 347	2 986 582	3 042 890	1,89%
Saneamento de Águas residuais	7 007 696	7 240 386	7 562 136	4,44%
- Tarifa Variável	4 862 699	5 022 825	5 287 723	5,27%
- Tarifa Fixa	1 581 586	1 643 605	1 712 143	4,17%
- Contrato autónomo	563 411	573 956	562 270	-2,04%
TOTAL	15 985 414	16 329 960	16 940 901	3,74%

Regista-se o crescimento significativo no total dos rendimentos do serviço público de abastecimento de água (+3,18%) e do serviço de saneamento (+4,44%), em resultado do crescimento de clientes e do volume de água faturado, não obstante, terem-se mantido as tarifas da generalidade dos serviços prestados pela Vimágua, com exceção das tarifas mensais de saneamento, as quais tiveram um aumento de 2,32% decorrente, essencialmente, do agravamento da tarifa aplicada pela “Águas do Norte”

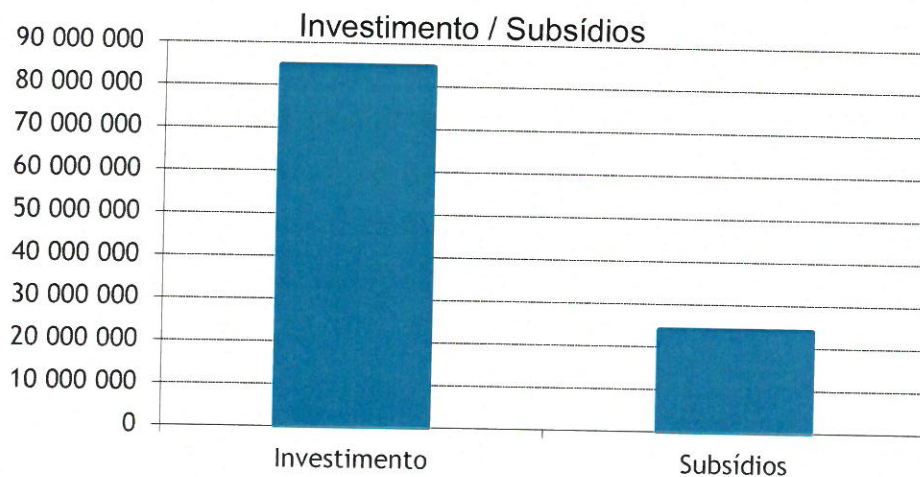
Desde o início de atividade da Vimágua, em fevereiro de 2002, o montante de rendimentos relativos às principais prestações de serviços cresceu cerca de 145% como resultado do acréscimo e expansão da atividade da empresa e do rigor na contratação e faturação dos serviços prestados às populações de Guimarães e Vizela, com especial destaque para o serviço público de saneamento.



Investimento

Desde o seu início de atividade, em 2002, e até final de 2017 a Vimágua investiu 84,6 Milhões de Euros.

Do investimento realizado, a Vimágua viu participado a fundo perdido 28,3% do total investido.



Os investimentos projetados e realizados pela Vimágua tiveram como referência o cumprimento dos objetivos estabelecidos no PENSAAR 2020 – Uma Estratégia ao Serviço da População:

- 1 – A *Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;*
- 2 – A *Sustentabilidade do Setor;*
- 3 – A *Proteção dos Valores Ambientais.*

Nesta conformidade, foram definidas três áreas de investimento, com a seguinte realização no exercício económico de 2017:

- I. Investimentos no sistema de abastecimento de água em alta – Nesta área de intervenção foram, em 2017, investidos 44.433Euros.
- II. Investimento em expansão e remodelação de redes - A universalidade tendencial do abastecimento de água e saneamento de águas residuais continua a exigir da Vimágua

um significativo investimento em extensões de redes nas freguesias, com o propósito de elevar as taxas de cobertura.

Os investimentos realizados em expansão de redes de água e saneamento de águas residuais permitiram atingir elevados níveis de cobertura no território servido pela Vimágua que, em final de 2017, atingiram os 97,7% em água e 90,8% em saneamento.

Em 2017, foram investidos 2.821.961Euros em expansão, substituição e remodelação de redes públicas de água e saneamento nos concelhos de Guimarães e Vizela.

III. Investimentos diversos – Neste capítulo englobam-se um conjunto de investimentos instrumentais de apoio ao desenvolvimento da atividade da Vimágua e à prestação dos serviços públicos a seu cargo.

Em 2017 foram investidos 3.050.391Euros.

Visando obter uma solução económica e financeiramente mais vantajosa para a empresa, foi concretizada a aquisição do edifício sede da Vimágua, pelo preço de 2.466.413Euros, cujo sinal havia já sido pago em 2016.

Especial relevância teve, em 2017, o reforço de meios para a atividade operacional da Vimágua, com vista à melhoria do serviço prestado e à redução de perdas de água, onde foram investidos na aquisição de máquinas, viaturas e equipamentos 776.058Euros.

O investimento global realizado pela Vimágua em 2017 foi de 5.916.786Euros.

No decorrer de 2017 a Vimágua viu aprovadas duas candidaturas ao Fundo Ambiental para substituição da sua frota por viaturas elétricas, tendo recebido neste exercício subsídios no valor de 109.500Euros, relativos à aquisição de 12 viaturas elétricas e pontos de carregamento.

A execução do Plano de Investimentos de 2017, face ao valor previsto no Plano de Investimentos revisto aquando da elaboração dos mapas previsionais para 2018, foi de 88,32%.

EXECUÇÃO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS 2017

CÓDIGO	PROJECTO	Previsão 2017 revisão	Execução 2017	%	Desvio	
					Valor	%
01	Sistema de abastecimento de água em alta					
01.01	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Prazins	80 000	29 094	36,37%	-50 906	-63,63%
01.02	Ampliação e Remodelação da Estação de Tratamento de Água de Gondomar	10 000	0	0,00%	-10 000	-100,00%
01.03	Novo Reservatório da Costa*		0			
01.04	Reparação e remodelação de Reservatórios e Estações Elevatórias	30 000	13 561	45,20%	-16 439	-54,80%
01.08	Reforço de abastecimento de Água (alta) – C. Elevatória Mãe d'Água – Monte Largo e substituição de troço da elev. para Mesão Frio*	0	0			
01.09	Obras e equipamentos para reforço e remodelação do sistema de abastecimento de água em alta	30 000	1 778	5,93%	-28 222	-94,07%
02	Redes de água e saneamento					
02.01	Execução de novas redes de saneamento nas freguesias	1 987 442	1 717 810	86,43%	-269 633	-13,57%
02.02	Execução de novas redes de água nas freguesias	294 966	215 891	73,19%	-79 075	-26,81%
02.03	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de saneamento	75 752	54 214	71,57%	-21 538	-28,43%
02.04	Substituição e remodelação de redes e equipamentos de água	831 361	508 469	61,16%	-322 892	-38,84%
02.05	Execução de ligações domiciliárias e não domiciliárias de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	345 798	325 577	94,15%	-20 221	-5,85%
03	Investimentos diversos					
03.01	Projetos de infra-estruturas de água e saneamento	30 000	5 700	19,00%	-24 300	-81,00%
03.02	Outros estudos e projetos	5 050	0	0,00%	-5 050	-100,00%
03.03	Terrenos	10 100	980			
03.04	Máquinas e Viaturas	516 690	524 593	101,53%	7 903	1,53%
03.05	Equipamentos e ferramentas (exploração e produção)	200 000	251 465	125,73%	51 465	25,73%
03.06	Equipamentos para telegestão	17 000	0	0,00%	-17 000	-100,00%
03.07	Equipamento Informático e Software	60 000	79 910	133,18%	19 910	33,18%
03.08	Equipamento administrativo	15 150	7 436	49,08%	-7 714	-50,92%
03.09	Estação de triagem de resíduos de S. Pedro de Azurém*	0	0			
03.10	Aquisição do Edifício Sede	2 151 034	2 151 034	100,00%	0	0,00%
03.99	Outros investimentos	9 000	29 273	325,25%	20 273	225,25%
TOTAIS		6 699 345	5 916 786	88,32%	-782 559	-11,68%

Recursos Humanos



A política e gestão dos recursos humanos da Vimágua desenvolveu-se de acordo com as orientações definidas para o período e de forma integrada e articulada com os objetivos da empresa, com vista à melhoria dos serviços públicos prestados às populações e ganhos de eficácia da gestão global da Vimágua, nas diferentes vertentes.

Em 2017, à semelhança dos anos anteriores, a política de gestão de recursos humanos manteve-se condicionada pelas medidas fixadas no âmbito da Lei de Orçamento de Estado e que vêm sendo revistas desde 2011. Neste contexto, manteve-se em vigor a proibição de valorizações remuneratórias, outros acréscimos remuneratórios e outras determinações.

Foi aplicada da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro, relativa à Extinção da redução remuneratória na Administração Pública. Assim, a redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, foi progressivamente eliminada ao longo do ano de 2016, com reversões trimestrais, tendo-se pago as remunerações, em 2017, sem qualquer redução remuneratória.

No que aos gestores públicos respeita, foi mantida a redução de 5% da remuneração fixa mensal, já aplicada desde 1 de junho de 2010, em cumprimento da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Foram cumpridas as normas relativas à proibição de valorizações remuneratórias e outros acréscimos remuneratórios, bem como as regras previstas no artigo 38º da LOE 2015, mantidas em vigor por força do disposto no artigo 18º n.º 1 da LOE 2017.

Quadro de pessoal

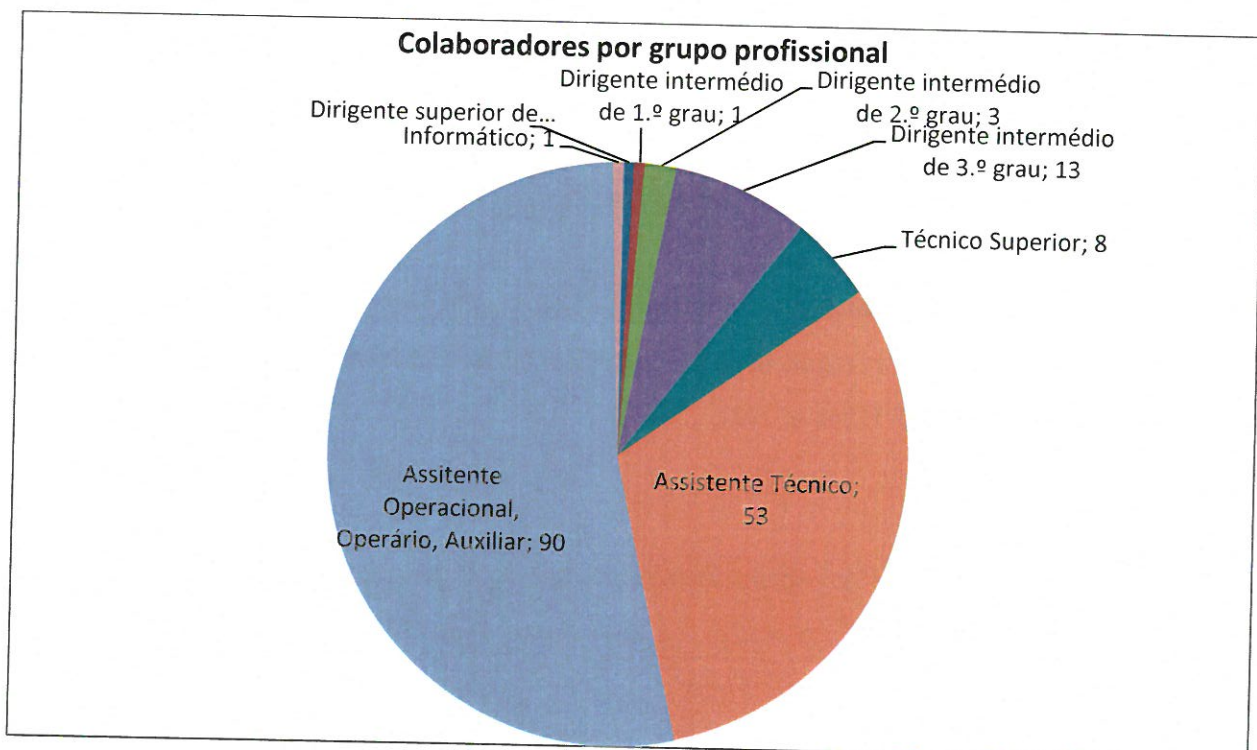
Importa, neste capítulo, salientar alguns indicadores que revelam aspetos evolutivos da estrutura de recursos humanos da Vimágua.

Em 31 de dezembro de 2017 a Vimágua contava com 170 colaboradores, tendo-se registado um crescimento de 2 colaboradores em relação ao final do exercício económico anterior.

Mapa geral por grupos de pessoal

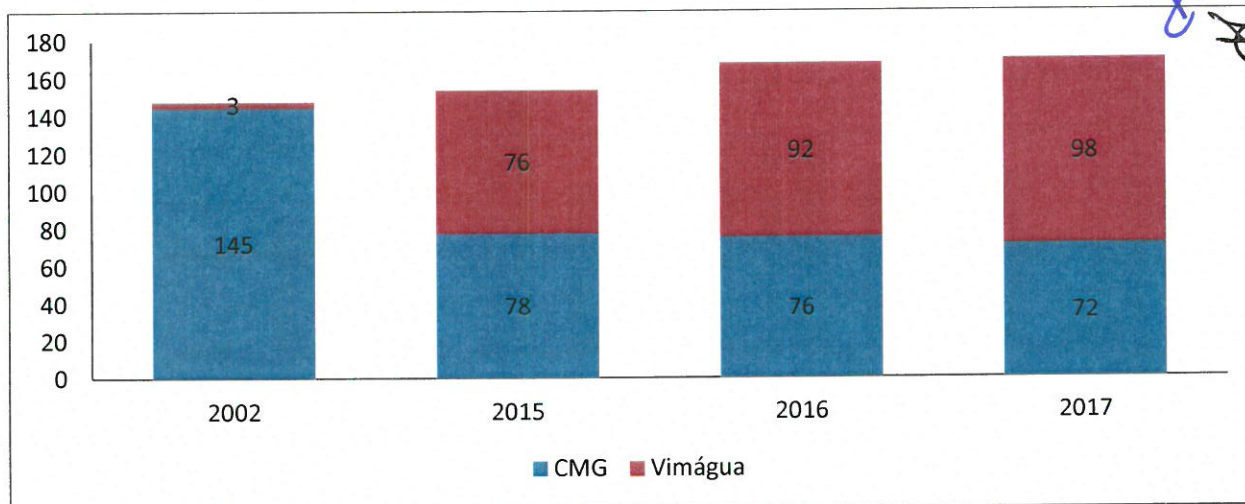
Grupo Profissional	Mobilidade de Interesse Público (CMG e ME)	Vimágua	Total
Dirigente superior de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 1.º grau	1		1
Dirigente intermédio de 2.º grau	3		3
Dirigente intermédio de 3.º grau	9	4	13
Técnico Superior		8	8
Assistente Técnico	13	40	53
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	44	46	90
Informático	1		1
Totais Gerais	72	98	170

A maioria dos colaboradores da Vimágua está incluída na categoria de “Assistentes Operacional, Operário, Auxiliar”, com um peso de cerca de 53%. A categoria de “Assistente Técnicos” é a segunda categoria profissional com maior representatividade na empresa (31,18%). Estas duas categorias têm em conjunto 84% dos colaboradores totais da Vimágua, em final de 2017.

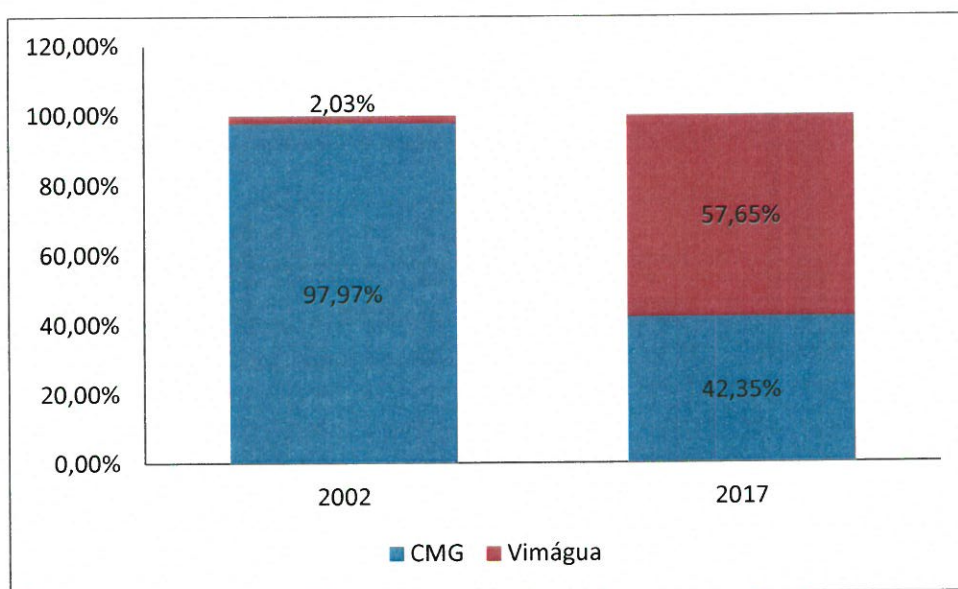


O quadro de efetivos da Vimágua é composto por colaboradores em regime de mobilidade de interesse público, dos quadros do Município de Guimarães, os quais integravam o quadro dos Serviços

Municipalizados à data de criação da empresa, e colaboradores entretanto recrutados, designados nos gráficos seguintes como *Vimágua*.

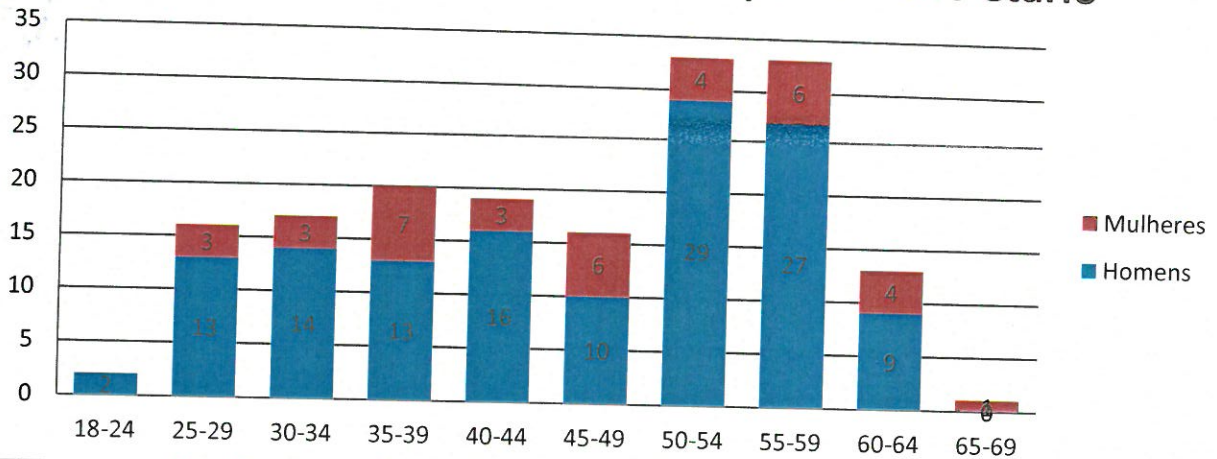


A percentagem de colaboradores recrutados pela Vimágua é atualmente de 57,65%, ultrapassando a percentagem de colaboradores do Município. Os colaboradores do Município em regime de mobilidade diminuíram, substancialmente, desde a criação da Vimágua em 2002 passando de 97,97% para 42,35% do total dos colaboradores.



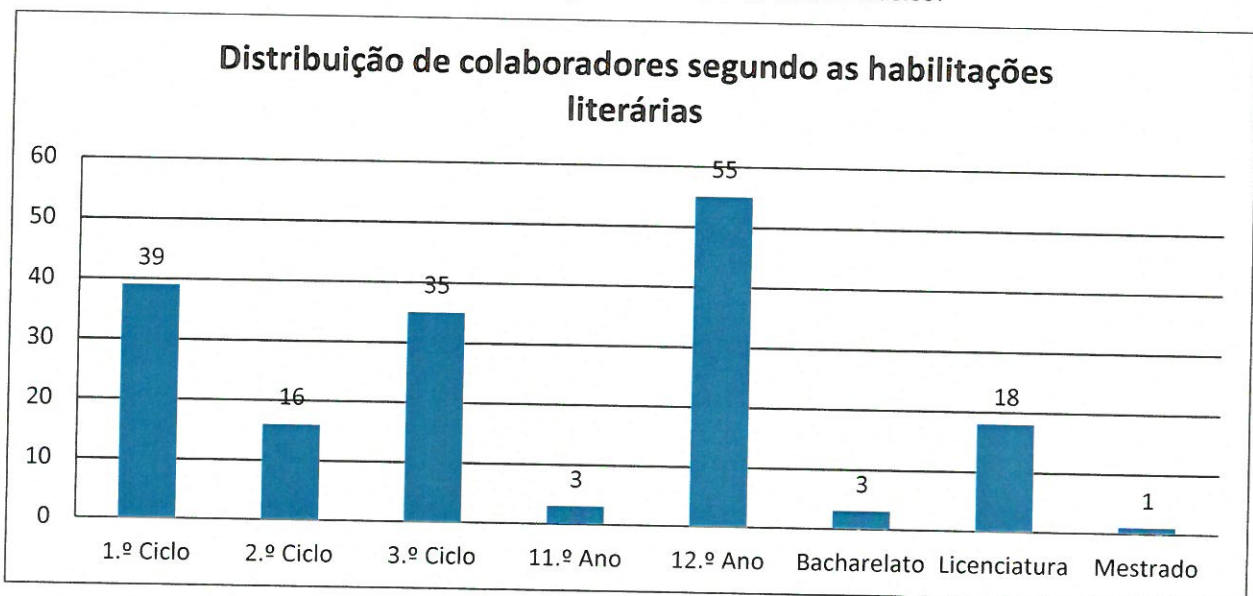
A maioria dos colaboradores da Vimágua é do género masculino (133 homens e 37 mulheres) e 53% dos colaboradores está em idades inferiores a cinquenta anos, o que revela uma estrutura etária equilibrada e relativamente jovem.

Distribuição de colaboradores por escalão etário



No que concerne às habilitações literárias verifica-se que no final do corrente exercício 22 colaboradores tinham o ensino superior politécnico ou universitário, representando 13% do total, 32% terminaram o ensino secundário e 23% apenas concluíram o primeiro ciclo do ensino básico.

Distribuição de colaboradores segundo as habilitações literárias

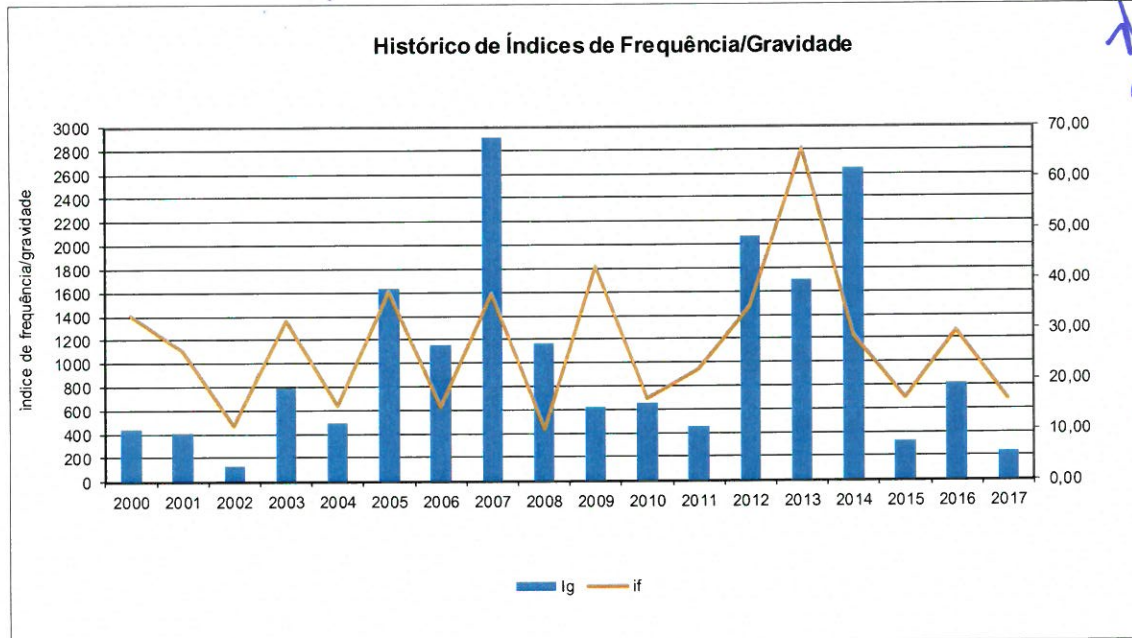


Acidentes/Incidentes e Índices de sinistralidade

Durante o ano de 2017 registaram-se 4 acidentes, diminuindo significativamente em relação ao ano transato, onde se registaram 10 acidentes.

Ocorreu 1 acidente em in-itinere com uma perda de 3 dias úteis e os restantes acidentes originaram uma perda de trabalho de 43 dias úteis, substancialmente inferior aos 140 dias úteis registados em 2016.

Realizou-se a análise dos índices de frequência (If) e de gravidade (Ig):



O Ig de 2017 foi o mais baixo registado desde o ano de 2002 e o If de 2017 foi o mais baixo ocorrido nos últimos 8 anos.

Esta diminuição, é o resultado das várias ações de sensibilização efetuadas junto dos colaboradores aquando das visitas/inspeção às obras de administração direta e das formações de segurança ministradas.

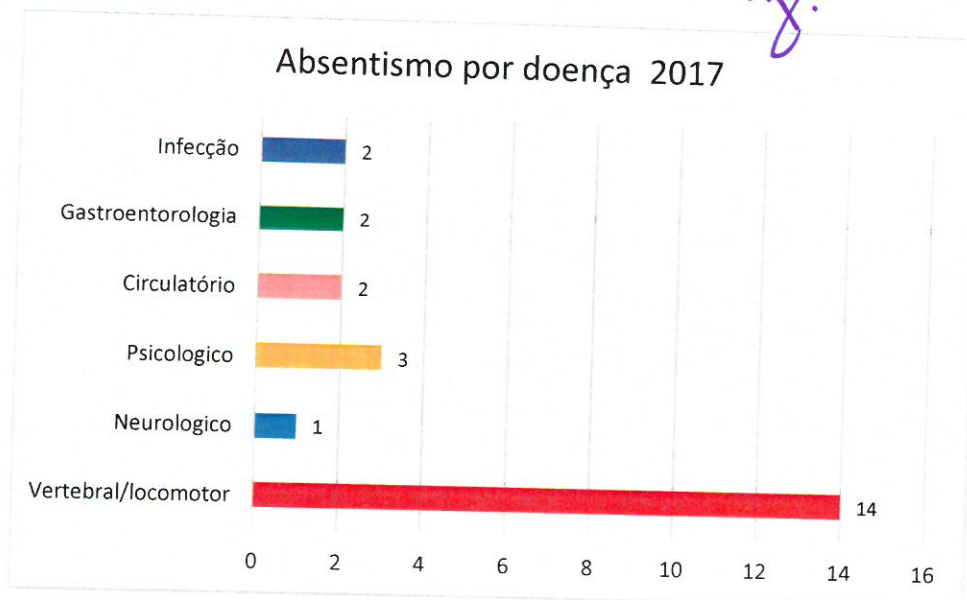
Medicina do trabalho e promoção da saúde

No domínio da medicina do trabalho realizaram-se 167 exames médicos, repartidos por exames de admissão (9), exames periódicos (107) e exames ocasionais (51).

Foram, também, efetuadas visitas a dois locais de trabalho de exterior, em conjunto com o médico de Medicina no Trabalho, para além das visitas aos locais de trabalho da sede da Vimágua.

Durante o ano de 2017, continuou-se a avaliação ergonómica dos postos de trabalho com a implementação de algumas melhorias, como, por exemplo, a colocação de suporte de monitor, o tapete de rato com apoio de pulso e as cadeiras ajustadas às necessidades clínicas dos colaboradores.

O absentismo por doença resultou numa perda de 3.083 dias de trabalho. De acordo com a análise do médico de medicina no trabalho, verificou-se a distribuição de absentismo por doença pelas seguintes patologias:



Assim, concluiu a análise médica que a patologia que mais afetou colaboradores da Vimágua, no ano 2017, foi do foro vertebral/locomotor, tendo aumentado significativamente esta patologia em relação ao ano de 2016.

Relativamente a ações de promoção da saúde, junto dos colaboradores da Vimágua, manteve-se o rastreio da diabetes e da hipertensão, disponível ao longo de todo o ano.

Com o mesmo objetivo de promoção da saúde foram realizadas quatro campanhas de prevenção:

- Uma no dia 8 de março, de modo a comemorar o dia internacional da mulher, com a realização de uma aula de *Pilates* no edifício sede da Vimágua.



- No dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, dia 28 de abril, divulgou-se a campanha do ACT com o tema “Otimizar a recolha e a utilização de dados sobre a segurança e Saúde no Trabalho – SST”

- Com o objetivo de acautelar um surto de gripe sazonal, uma vez mais, a Vimágua promoveu durante o mês de novembro uma campanha de vacinação, à qual aderiram 49 colaboradores.

- Foi divulgada uma campanha de angariação de doadores de sangue e potenciais doadores de Medula Óssea, de modo a contribuir para a reserva Instituto Português do Sangue e da Transplantação.
- Foi mantido o programa do DAE (Desfibrilhador Automático Externo) sem registo de qualquer emergência.

Formação profissional

No quadro seguinte destacamos as ações de formação/sensibilização realizadas no âmbito da Segurança:

Formação	Objetivo	Data	Destinatários
Regras de utilização e manutenção das Retroescavadoras e acessórios	Boas práticas na utilização das retroescavadoras e correta manutenção das mesmas	17 de janeiro	4 Colaboradores
Seminário “Trabalho, Sociedade e Tecnologia”	Conhecimento da Legislação aplicada	29 de março	1 Colaborador
Gestão de emergência – Incêndio-	Utilização do extintor; Formar equipas de intervenção em obra	14 de março	4 Colaboradores
Regras de utilização das viaturas da Vimágua	Boas práticas de utilização das viaturas: regras de higiene, conduta e atuação em caso de acidente	22 de março	22 Colaboradores
Gestão de emergência – Cloro	Conhecimento e manuseamento de Cloro	31 de maio	10 Colaboradores
2º Congresso de Segurança e Saúde Ocupacional do Vale do Ave	Uma vida de trabalho saudável e produtiva em qualquer idade	24 de outubro	3 Colaboradores
Regras de condução da viatura Elétrica 16-UA-46	Conhecimento da viatura e seu funcionamento	22 de dezembro	5 Colaboradores
CAP de TSHST nível V	Formar um novo TSHST	2017	1 Colaborador
Acolhimento de novos colaboradores	Integração dos novos colaboradores	2017	9 Colaboradores



Desempenho Económico e Financeiro



O presente título sintetiza os resultados alcançados pela Vimágua durante o ano de 2017, bem como a sua situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas.

Situação Económica

A situação económica da Vimágua, atentos os resultados apurados no exercício de 2017, é positiva, reforçando e consolidando uma trajetória sustentada e positiva, cumprindo-se o Contrato de Gestão em vigor.

A Vimágua terminou o ano de 2017 com um resultado líquido positivo de 1.341.790Euros.

Os rendimentos operacionais registaram um acréscimo de 377.894Euros (+1,96%) face aos registados no exercício de 2016, mantendo a trajetória de crescimento dos exercícios anteriores resultante do já referido crescimento de clientes.

Rendimentos operacionais

euros	2015	2016	2017	Δ% 17/16
Vendas e prestações de serviços	16 869 634	17 199 602	17 854 293	3,81%
Venda de água	6 035 371	6 102 992	6 335 875	3,82%
Venda material	2 403	5 184	10 352	99,70%
Prestações de serviços - saneamento	7 587 905	7 742 969	8 043 204	3,88%
Prestações de serviços - água	3 072 172	3 228 851	3 310 508	2,53%
Outros serviços	171 783	119 605	154 354	29,05%
Outros rendimentos e ganhos	1 704 939	2 059 762	1 782 965	-13,44%
Rendimentos operacionais	18 574 573	19 259 364	19 637 258	1,96%

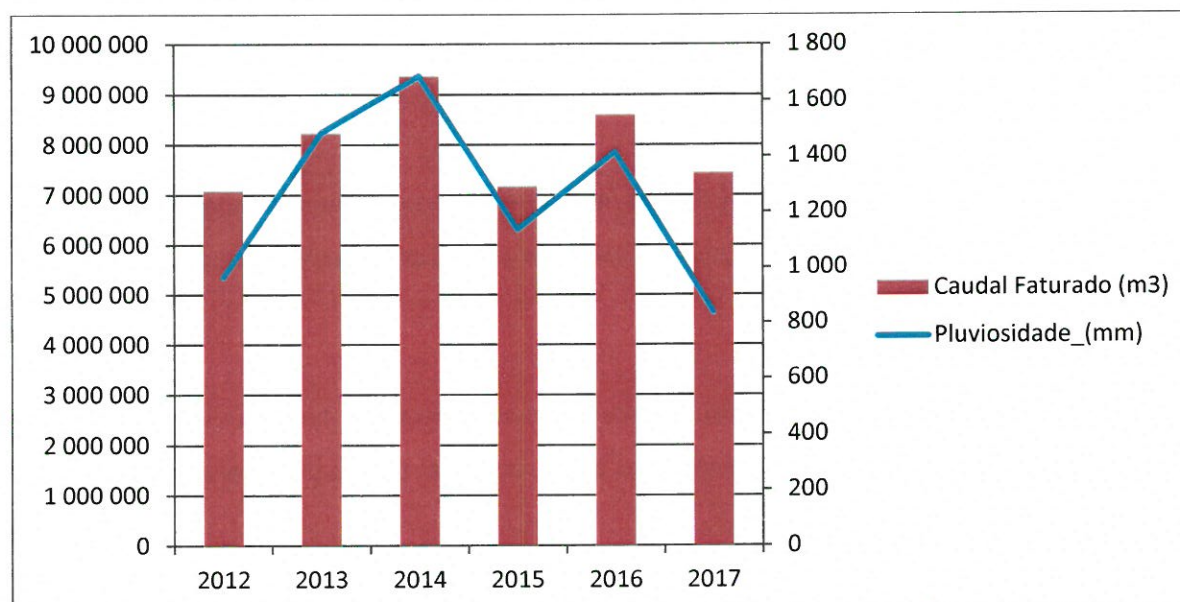
Os gastos operacionais, em termos globais, registaram um decréscimo de 501.736Euros, totalizando no exercício económico em análise 17.003.344Euros (-2,87%).

Gastos operacionais

euros	2015	2016	2017	Δ% 17/16
Custo existência vendidas e consumidas	39 266	40 205	39 503	-1,74%
Fornecimentos e serviços externos:	9 880 211	10 589 440	10 070 537	-4,90%
Subcontrato - tratamento de águas residuais	4 033 919	4 975 723	4 456 165	-10,44%
Contrapartida pela utilização dos bens dos Municípios	2 418 627	1 736 213	1 800 161	3,68%
Outros fornecimentos e serviços externos	3 427 666	3 877 504	3 814 211	-1,63%
Gastos com o pessoal	2 536 740	2 646 165	2 826 077	6,80%
Provisões e perdas por imparidade	255 139	586 131	112 049	-80,88%
Outros gastos operacionais	173 890	215 084	390 879	81,73%
Amortizações e depreciações	3 330 024	3 428 056	3 564 298	3,97%
Gastos operacionais	16 215 271	17 505 080	17 003 344	-2,87%

Os gastos relativos ao tratamento de águas residuais, rubrica com maior peso na estrutura de gastos operacionais, e que remunera o serviço prestado pela entidade gestora do sistema “em alta”, Águas do Norte, S.A., tiveram um decréscimo muito significativo (-10,44%).

A redução de gastos com o tratamento de águas residuais, representou uma poupança de 519.558Euros relativamente a 2016, não obstante o significativo aumento da tarifa do serviço de saneamento em alta. As variações dos gastos com o tratamento de águas residuais, com impacto importante nos resultados operacionais da Vimágua, resultam dos diferentes níveis de pluviosidade, como se pode observar no gráfico seguinte que compara os caudais faturados à Vimágua com os níveis de pluviosidade registados nos anos 2012 a 2017.



De facto, o volume de caudal faturado pela entidade gestora do sistema de saneamento em alta sofre um forte acréscimo em anos de maior pluviosidade, como foi o ano de 2014 e 2016, em resultado da afluência

de águas pluviais no sistema, o que evidencia a importância do trabalho encetado de separação de águas pluviais das redes de águas residuais.

Os gastos com o tratamento mantêm um peso muito significativo na estrutura de gastos operacionais da Vimágua, tendo representado 26,21% em 2017.

Importa realçar, desde logo pelo seu peso relativo na estrutura de gastos, o valor da contrapartida devida pela utilização dos bens dos Municípios (1.800.161Euros), a qual segue o regime de preços de transferência através do método da repartição do lucro, ou seja, varia em função dos resultados apurados antes de impostos e sem contrapartida. Assim, em 2017, foi, conforme previsto no Contrato de Gestão em vigor, revisto o valor da proporção utilizada para cálculo da contrapartida, tendo a participação dos Municípios reduzido de 66% para 49,37%, atentos os pesos relativos das infraestruturas propriedade da Vimágua e dos Municípios.

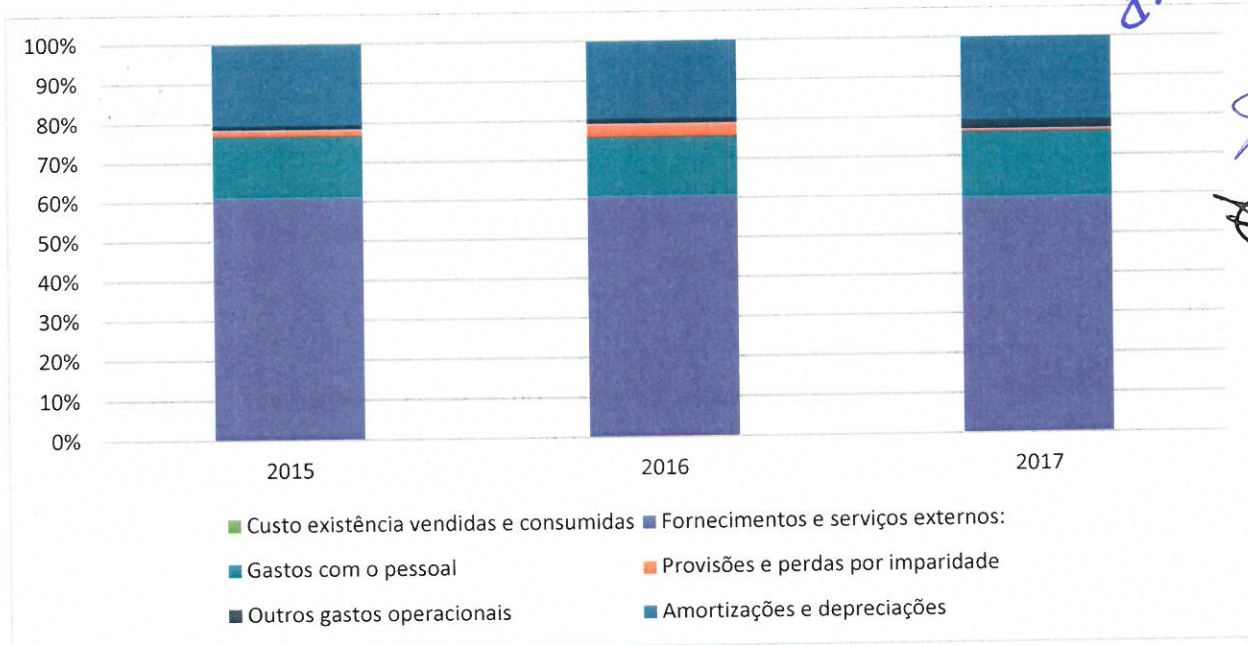
Não obstante a revisão da proporção, registou-se crescimento do valor da contrapartida (+3,68%), resultado do crescimento dos resultados operacionais da empresa.

Também de registar a descida dos gastos relativos a provisões e perdas por imparidade (-80,88%) resultado do estabilizar dos montantes em dívida de clientes.

A rubrica de outros gastos operacionais teve um crescimento significativo (+175.795Euros), em resultado da relevação a gastos, como correções relativas a períodos anteriores, dos valores de perdas de TRH não imputáveis aos utilizadores finais, sendo a correção relativa ao período compreendido entre 2009 e 2017.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos, que detêm um peso decisivo na estrutura de custos, corresponderam a 59,23% dos gastos operacionais, um peso ligeiramente inferior ao do exercício anterior.

Os gastos com pessoal cresceram (+6,8%), resultante, essencialmente, das reposições das reduções remuneratórias, impostas nos exercícios anteriores pelas sucessivas Leis de Orçamento de Estado, e dos gastos com despesas de saúde (ADSE).



O resultado operacional do exercício económico de 2017 da Vimágua foi de 2.633.914Euros cresce em relação ao exercício anterior (+879.630Euros), valor resultante do crescimento dos rendimentos operacionais (+377.894Euros), e pela redução dos gastos operacionais (-501.736Euros), fortemente determinado pela redução de gastos com o tratamento de águas residuais.

O resultado líquido do exercício foi de 1.341.790Euros, tendo o EBITDA registado um acréscimo de 1.015.872Euros (+19,6%).

Resultado Líquido

euros	2015	2016	2017	Δ% 17/16
EBITDA	5 689 325	5 182 340	6 198 212	19,60%
Amortizações e depreciações	3 330 024	3 428 056	3 564 298	3,97%
Resultados operacionais	2 359 301	1 754 284	2 633 914	50,14%
Resultados antes de impostos	1 245 959	894 413	1 846 356	106,43%
Imposto sobre o rendimento	122 576	243 156	504 566	107,51%
Resultado líquido do exercício	1 123 383	651 257	1 341 790	106,03%

O *Cash flow* bruto totalizou 5.504.432Euros, superior ao do no anterior (+12,14%), em resultado da variação dos Resultados da atividade da Vimágua (+106,43%).

O autofinanciamento mantém-se em valores superiores a 100%, sendo reduzido como resultado do forte crescimento do investimento realizado (+177,03%), tendo crescido o *Cash flow* líquido comparativamente com os dois exercícios económicos anteriores.

Cash flow líquido e investimento

euros	2015	2016	2017	Δ% 17/16
Resultados antes de impostos	1 245 959	894 413	1 846 356	106,43%
Amortizações e depreciações	3 330 024	3 428 056	3 564 298	3,97%
Variação das provisões e perdas por imparidade	255 139	586 131	93 778	-84,00%
Cash flow bruto	4 831 123	4 908 599	5 504 432	12,14%
Imposto sobre o rendimento	122 576	243 156	504 566	107,51%
Resultados distribuídos				
Cash flow líquido	4 953 699	5 151 755	6 008 998	16,64%
Investimento	1 805 607	2 138 960	5 925 483	177,03%
Autofinanciamento	274%	241%	101%	-57,90%

Situação Financeira e Patrimonial

A demonstração da posição financeira da Vimágua em 31 de dezembro de 2017 apresenta um ativo líquido de 57.504.477Euros, evidenciando um ligeiro decréscimo de 0,51% face a 31 de dezembro de 2016 em resultado do decréscimo do ativo corrente (-1.939.519Euros) o qual foi quase compensado pelo crescimento do ativo não corrente (+2.230.211Euros).

Ao nível do ativo corrente realça-se o decréscimo das disponibilidades (-2.016.684Euros), o qual resulta do significativo crescimento de investimentos, refletido no crescimento do ativo não corrente.

Em 2017 cresceu o passivo relativo a financiamento obtido, em resultado do financiamento da aquisição do edifício sede (+689.068Euros).

euros	Posição financeira			
	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	Δ% 17/16
Ativo não corrente	46 128 089	44 777 344	47 007 555	4,98%
Ativo corrente	11 230 701	12 436 440	10 496 921	-15,60%
Total do ativo	57 358 790	57 213 785	57 504 477	0,51%
Capitais permanentes	39 889 277	39 367 967	40 038 970	1,70%
Passivo corrente	17 469 513	17 845 818	17 465 507	-2,13%
Total do passivo + capital próprio	57 358 790	57 213 785	57 504 477	0,51%

Os rácios económicos revelam uma situação positiva e uma melhoria relativamente aos anos anteriores, fruto do crescimento dos Resultados da empresa. Os rácios financeiros refletem, nomeadamente nos indicadores de liquidez geral e Fundo de maneio (-9,59 p.p.), o decréscimo de disponibilidades já referido, como resultado do forte crescimento do investimento, tendo um valor muito confortável a par dos

indicadores de solvabilidade e de autonomia financeira, evidenciando de forma clara a estabilidade financeira da Vimágua.

Rácios				
	2015	2016	2017	Δ p.p. 17/16
Económicos				
Margem bruta/rendimentos operacionais	30,63%	26,91%	31,56%	4,66
Resultado operacional/rendimentos operacionais	12,70%	9,11%	13,41%	4,30
Resultado líquido/rendimentos operacionais	6,05%	3,38%	6,83%	3,45
Resultado líquido/capital próprio	5,74%	3,14%	6,47%	3,33
Financeiros				
Liquidez geral	64,29%	69,69%	60,10%	-9,59
Autonomia financeira	34,12%	36,23%	37,78%	1,55
Solvabilidade	51,79%	56,81%	60,72%	3,92
Fundo de maneo	0,64	0,70	0,60	-9,59

Execução previsional

Apresenta-se de seguida a execução da Demonstração Previsional de Resultados aprovada e revista em 2017, com os respetivos desvios:

Execução da Demonstração Previsional de Resultados 2017

	Previsão 2017 revista	Execução 2017	Desvio	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	17 710 246	17 854 293	144 047	0,81%
Vendas de material	5 210	10 352	5 142	98,71%
Vendas de água	6 287 862	6 335 875	48 014	0,76%
Prestações de serviços - água	3 400 762	3 310 508	-90 254	-2,65%
Prestações de serviços - saneamento	8 016 412	8 043 204	26 791	0,33%
Tarifas de ligação	463 830	480 813	16 983	3,66%
Saneamento de águas residuais	7 552 421	7 562 391	9 970	0,13%
Outros	161		-161	-100,00%
Outras prestações de serviços	0	154 354	154 354	-nd-
Outros rendimentos operacionais	1 724 905	1 782 965	58 060	3,37%
Trabalhos para a própria entidade				
Imputação de subsídios p/ investimentos	1 036 142	1 146 690	110 547	10,67%
Imputação de subsídios p/ ramais	645 188	577 340	-67 847	-10,52%
Outros rendimentos e ganhos	43 575	58 934	15 360	35,25%
Total de proveitos operacionais	19 435 151	19 637 258	202 107	1,04%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-40 406	-39 503	903	-2,23%
Matérias-primas	-40 406	-39 503	903	-2,23%
Fornecimentos e serviços externos	-10 626 901	-10 070 537	556 364	-5,24%
Sub-contrato tratamento de águas residuais	-4 512 502	-4 456 165	56 337	-1,25%
Contrapartida pela utilização das infra-estruturas	-2 336 826	-1 800 161	536 665	-22,97%
Outros FSEs	-3 777 573	-3 814 211	-36 638	0,97%
Gastos com pessoal	-2 896 830	-2 826 077	70 753	-2,44%
Outros gastos operacionais	-438 408	-409 150	29 258	-6,67%
Total de gastos operacionais antes de amortizações, provisões e perdas por imparidade	-14 002 545	-13 345 267	657 277	-4,69%
Amortizações e depreciações	-4 057 741	-3 564 298	493 443	-12,16%
Provisões e perdas por imparidade	-18 650	-93 778	-75 128	402,83%
Total de custos operacionais	-18 078 936	-17 003 343	1 075 592	-5,95%
EBIT	1 356 215	2 633 914	1 277 699	94,21%
Margem EBIT	0,07	0,15	0,08	111,41%
Gastos e perdas financeiros	-735 436	-787 558	-52 122	7,09%
Rendimentos e ganhos financeiros				
Resultados financeiros	-735 436	-787 558	-52 122	7,09%
Resultados antes de impostos	620 780	1 846 356	1 225 577	197,43%
Imposto sobre o rendimento	-139 675	-504 566	-364 891	261,24%
Impostos sobre Lucros	-139 675	-504 566	-364 891	261,24%
Impostos Diferidos	0			
Resultado líquido do período	481 104	1 341 790	860 686	178,90%
Margem Líquida	2,5%	6,83%	4,33 p.p.	

Artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto

Nos termos do artigo 62.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, as empresas locais são obrigatoriamente objeto de deliberação de dissolução quando não cumpram com os seguintes requisitos:

a) Nos últimos três anos as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios

	Vendas e prestações de serviços	Gastos incorridos	Gastos totais	% Vendas e prestações de serviços nos Gastos totais incorridos
2017	17 854 293	17 790 902		100,36%
2016	17 199 602	18 364 951		93,65%
2015	16 869 634	17 355 599		97,20%
Requisito cumprido				

b) Nos últimos três anos o peso contributivo dos subsídios à exploração é inferior a 50 % das suas receitas

	Prestação de serviços e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% Subsídios na totalidade de Prestação de serviços e outros rendimentos	
2017	19 637 258	0	0	0,00%
2016	19 259 364	0	0	0,00%
2015	18 574 573	0	0	0,00%
Requisito cumprido				

c) Nos últimos três anos o EBITDA é positivo

	Resultado operacional	Amortizações e depreciações	EBITDA
2017	2 633 914	3 564 298	6 198 212
2016	1 754 284	3 428 056	5 182 340
2015	2 359 301	3 330 024	5 689 325
Requisito cumprido			

d) Nos últimos três anos o resultado líquido é positivo

	Resultado líquido
2017	1 341 790
2016	651 257
2015	1 123 383
Requisito cumprido	

Perspetivas Futuras

Com uma taxa de execução de 88,32% do Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Gestão Previsional de 2017, avançaremos para 2018 com enfoque no “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”.

Assim, o planeamento da atividade da Vimágua, para o próximo exercício económico, mantém-se em linha com os objetivos nacionais fixados para o setor do saneamento básico, definidos no referido “PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (2014-2020)”, designadamente:

- 1 – A Universalidade, a Continuidade e a Qualidade do serviço;
- 2 – A Sustentabilidade do Setor; e
- 3 – A Proteção dos Valores Ambientais.

O Plano de Investimentos, aprovado pelos Municípios, para o próximo quinquénio, no valor global de 27,5 M€, define três áreas de investimento:

- I. Sistema de Abastecimento de Água em Alta – 5 M€;
- II. Redes de Água e Saneamento – 19,2 M€;
- III. Investimentos Diversos – 3,4 M€.

Para o ano de 2018 e no que concerne às redes de água e de saneamento em baixa, temos previsto um montante de investimento de 3.050.000 Euros, que servirá para a execução de extensões de redes nas freguesias e para a substituição e remodelação de redes e equipamentos, otimizando os níveis de cobertura de redes de água e saneamento que já ultrapassaram os valores fixados para o setor, com vista à tendencial universalidade dos serviços prestados nos territórios de Guimarães e Vizela.

Relativamente às redes de saneamento de águas residuais, visando a salubridade pública e a salvaguarda das linhas de água, continuaremos a promover a redução das ligações indevidas de águas pluviais e infiltrações nos sistemas de drenagem. Para este objetivo concorrerá a gradual eliminação de todos os pontos de contacto entre redes públicas de drenagem (de saneamento e de águas pluviais), com a duplicação de caixas de visita em substituição das caixas unitárias ainda existentes nas redes mais antigas, bem como, a deteção e eliminação de ligações prediais irregulares, com o incremento de ações de fiscalização, o que irá permitir, também, a redução dos custos com energia nas estações elevatórias e redução de custos com o tratamento das águas residuais.

Ainda no que respeita à melhoria do desempenho das redes de saneamento, dar-se-á continuidade ao plano de inspeções vídeo dos coletores, nomeadamente nas redes mais antigas e naquelas que apresentam deficiente funcionamento.

No atinente ao sistema de abastecimento de água em alta iremos investir, em 2018, o montante de 1.475.000 Euros, tendo em conta a segurança na produção e distribuição de água com os mais elevados parâmetros de qualidade.

As alterações climáticas em curso têm provocado situações extremas, com períodos de seca prolongados que alternam com precipitações intensas que ocasionam inundações. Estas ocorrências, assim como os episódios de poluição das linhas de água, exigem o estabelecimento de estratégias preventivas e de medidas de mitigação e resposta que garantam a manutenção da água para abastecimento público com a máxima segurança e qualidade.

Nesta conformidade, o investimento nos processos de tratamento de água constitui um imperativo para a Vimágua. Os projetos para a instalação de tecnologia de desinfecção por ultravioletas, nas Estações de Tratamento de Prazins e de Gondomar, constituem mais um passo significativo na segurança da água para abastecimento.

A redução dos volumes de água não faturada constitui um objetivo dependente de múltiplas variáveis, pelo que prosseguiremos com significativos investimentos, na gradual remodelação e substituição das redes mais antigas e que registam terem maior número de roturas, na diminuição dos valores de pressão de serviço excessivos, registados em determinados pontos da rede, com recurso à instalação de válvulas redutoras de pressão e na renovação progressiva do parque de contadores.

Em investimentos diversos está inscrito o valor de 1.180.000 Euros, salientando o reforço dos sistemas de informação (SIG e telegestão), cujo contributo é cada vez mais importante na gestão e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e a produção de energia, com a instalação de painéis solares fotovoltaicos, prioritariamente, no edifício sede da Vimágua, na ETA de St.ª Eufémia de Prazins e no Reservatório da Pegada.

Com este investimento, a par do reforço de meios para a atividade operacional, pretende-se garantir um serviço prestado aos municípios de Guimarães e Vizela que cumpra as metas atrás enunciadas de Continuidade, Qualidade do serviço e Proteção dos Valores Ambientais.

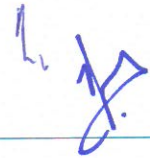
Quanto ao tarifário proposto para 2018, a atualização das tarifas foi calculada de acordo com a proposta de revisão do Contrato de Gestão Delegada apresentada aos Municípios de Guimarães e Vizela e a revisão do Plano de Viabilidade Económico-Financeiro da Vimágua.

Assim, conforme proposto no Contrato de Gestão Delegada, com exceção das tarifas de utilização do serviço de saneamento, todas as tarifas praticadas pela Vimágua serão mantidas no período 2018-2022. Salienta-se, da proposta de tarifário, as alterações aos tarifários especiais, as quais cumprem as propostas e recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e com a legislação em vigor.

A Vimágua pretende afirmar-se, cada vez mais, como uma empresa sólida, dinâmica e inovadora, visando a prestação de um serviço público de referência e a sustentabilidade ambiental.



Proposta de Aplicação de Resultados



Nos termos do disposto na alínea f), do número 1, do artigo 19.º dos Estatutos da Vimágua, o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2017, no montante de 1.341.790Euros (um milhão trezentos e quarenta e um mil setecentos e noventa euros), seja transferido para a conta de Resultados Transitados da empresa, para cobertura de prejuízos acumulados.

O Conselho de Administração

Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

Joaquim Meireles Pereira Gonçalves – Vogal

Marta de Abreu Coutada – Vogal



Considerações Finais



O resultado do exercício relativo ao ano de 2017 é claramente positivo, assim como os demais resultados e principais indicadores que evidenciam a sólida situação económica e financeira da Vimágua.

Compraz-nos registar, uma vez mais, a atuação da Vimágua no respeito pela Lei, pelos Municípios seus acionistas, pelos utilizadores do serviço, pelos fornecedores e demais prestadores de serviços.

O rigor, a exigência, a transparência, a ética e um forte sentido de serviço continuarão a presidir à atividade da Vimágua, tendo em conta o interesse dos utilizadores dos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem de águas residuais.

Aos Municípios de Guimarães e Vizela e às Juntas de Freguesia, deixamos aqui o nosso especial reconhecimento pela sempre pronta colaboração e cooperação.

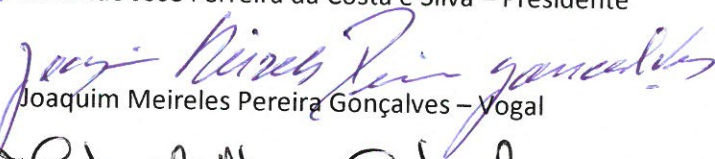
À Agência Portuguesa do Ambiente I.P. – ARH-Norte, à CCDR-n, à ERSAR, ao ACES Alto Ave, deixamos o nosso profundo agradecimento, sendo o seu contributo de inestimável importância para o bom desempenho da Vimágua.

Importa, ainda, registar um especial apreço em relação aos trabalhadores da Vimágua pela dedicação, competência e profissionalismo no exercício das suas funções, em prol de um serviço público de referência.


O Conselho de Administração,



Armindo José Ferreira da Costa e Silva – Presidente

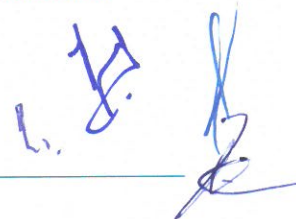


Joaquim Meireles Pereira Gonçalves – Vogal



Marta de Abreu Coutada – Vogal

Demonstrações financeiras



Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração da Vimágua – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, S.A., vem submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do exercício económico de 2017.



O presente documento contém as seguintes Demonstrações Financeiras:

- Balanço;
- Demonstração dos Resultados por Naturezas;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração de Fluxos de Caixa e respetivo anexo;
- Anexo às Demonstrações Financeiras.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	46.366.536	44.037.579
Ativos intangíveis	9	108.400	76.173
Participações financeiras - outros métodos		3.526	1.350
Ativos por impostos diferidos		529.093	662.243
		47.007.555	44.777.344
Ativo corrente			
Inventários	10	658.424	665.654
Clientes	12	1.191.666	1.180.913
Estado e outros entes públicos	13	828.815	692.547
Outros créditos a receber	14	1.210.583	1.293.496
Diferimentos		109.918	89.630
Caixa e depósitos bancários	5	6.497.516	8.514.200
		10.496.921	12.436.440
Total do ativo		57.504.477	57.213.784
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	20.1	500.000	500.000
Outros instrumentos de capital próprio		12.240.000	12.240.000
Resultados transitados	20.2	-1.847.737	-2.957.621
Outras variações no capital próprio	20.3	9.492.242	10.293.944
Resultado líquido do período		1.341.790	651.257
Total do capital próprio		21.726.296	20.727.580
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	29	18.271	
Financiamentos obtidos	15	13.201.403	12.722.241
Outros instrumentos financeiros	16	2.351.526	2.943.304
Outras dívidas a pagar - Ajustamento em subsídio	18	2.741.474	2.974.842
		18.312.674	18.640.387
Passivo corrente			
Fornecedores	17	3.145.619	4.617.527
Estado e outros entes públicos	13	530.086	80.425
Financiamentos obtidos	15	1.427.449	1.217.543
Outras dívidas a pagar	18	5.620.398	5.089.571
Diferimentos	19	6.741.956	6.840.751
		17.465.507	17.845.818
Total do passivo		35.778.181	36.486.205
Total do capital próprio e do passivo		57.504.477	57.213.784

*Sumário da situação
João - Mónica - José - João
Santa de Abreu Carfada*

Ernesto

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	23	17.854.293	17.199.602
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-39.503	-40.205
Fornecimentos e serviços externos	24	-10.070.537	-10.589.440
Gastos com o pessoal	25	-2.826.077	-2.646.165
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11	-93.778	-586.131
Provisões (aumentos/reduções)		-18.271	
Outros rendimentos	26	1.782.965	2.059.762
Outros gastos	27	-390.879	-215.084
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		6.198.212	5.182.340
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	-3.564.298	-3.428.056
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.633.914	1.754.284
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	15	-787.558	-859.872
Resultado antes de impostos		1.846.356	894.413
Imposto sobre o rendimento do período	22	-504.566	-243.156
Resultado líquido do período		1.341.790	651.257
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado por ação básico		2,68	1,30

*Luís António Silva
João Pereira dos Santos
Pátria de Abreu Bastada*

Ernesto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2016

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários		
1	1	500.000		12.240.000				-4.185.362					9.891.750	1.123.383	19.569.771		19.569.771
2	2							-62.470					402.194	-1.123.383	-62.470		-62.470
3	3							1.290.211							569.022		569.022
4-2+3	4-2+3							1.227.741					402.194	-1.123.383	506.552		506.552
														651.257	651.257		651.257
														-472.126	1.157.808		1.157.808
5	5																
6=1+2+3+4+5	6=1+2+3+4+5	500.000		12.240.000				-2.957.621					10.293.944	651.257	20.727.580		20.727.580

Aminda Silva
2017 - 2016 - 2015 - 2014 - 2013
Fatores de Absorção

2017-2016

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

DESCRÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa mãe										Total do Capital Próprio				
		Capital realizado	Ações (quotas próprias)	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
6	6	500 000		12 240 000				-2 957 621				10 293 944	651 257	20 727 580		20 727 580
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Primeira adoção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
7	7															
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO																
8	8															
9-7+8	9-7+8															
RESULTADO INTEGRAL																
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
10	10															
6+7+8+10	6+7+8+10	500 000		12 240 000				-1 847 736				9 492 242	1 341 791	21 726 295		21 726 295
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO N																

Luís António Pereira
João Paulo Pereira
António de Abreu Pereira

Erasmus

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		19.638.320	19.414.783
Pagamentos a fornecedores		-12.989.710	-11.802.288
Pagamentos ao pessoal		-2.831.228	-2.616.825
Caixa gerada pelas operações		3.817.381,86	4.995.670
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		-162.746	-171.639
Outros recebimentos/pagamentos		415.750	-409.711
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		4.070.385	4.414.320
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-6.012.680	-2.418.836
Ativos intangíveis		-66.780	
Investimentos Financeiros			
Outros ativos		-2.176	-693
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5.125	6.000
Ativos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Outros ativos			
Subsídios de investimento		109.500	1.848.981
Juros e proveitos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-5.967.011	-564.548
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		2.000.000	
Realizações de capital e outros instrumentos capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.310.932	-1.193.619
Juros e gastos similares		-809.126	-859.872
Dividendos			
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxo das atividades de financiamento (3)		-120.058	-2.053.490
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-2.016.684	1.796.282
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		8.514.200	6.717.918
Caixa e seus equivalentes no fim do período		6.497.516	8.514.200

Handwritten signatures and notes:
 António Esteves
 José Luís Pinheiro
 Marta de Abreu Costa

Handwritten signature:
 Z. V. S. L. D.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

	PERÍODOS	
	2017	2016
Numerário	21.211	17.519
Depósitos bancários	6.476.305	8.496.681
Equivalentes de caixa		
Caixa e seus equivalentes	6.497.516	8.514.200
Outras disponibilidades:		
Dívidas a instituições de crédito		
Disponibilidades constantes do Balanço	6.497.516	8.514.200

Exercício

*Sumário do balanço
João Ricardo de Jesus
Varela de Abreu Castedo*

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE:

Designação: VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM., S.A.

Sede Social: Rua Rei do Pegú, n.º 172, União das Freguesias de Oliveira, São Paio e São Sebastião, 4810-025 Guimarães, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Guimarães com o Número Único - 505993082

Natureza da atividade: A Vimágua tem a seu cargo a gestão do serviço de interesse geral de gestão e exploração dos sistemas públicos de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público (CAE 36002) e de drenagem e tratamento de águas residuais (CAE 36001) na área geográfica dos municípios de Guimarães e Vizela.

Os novos Estatutos da Vimágua foram publicados em 28 de fevereiro de 2013, dando cumprimento ao estabelecido na Lei 50/2012, de 31 de agosto, que definiu o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

Capital Social: 500.000 euros dividido em 500.000 ações nominativas de valor nominal de 1 euro.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A apresentação destas demonstrações financeiras obedece ao preceituado nas bases de apresentação de demonstrações financeiras integrantes do SNC bem como da NCRF 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, sendo todas as divulgações efetuadas por força das NCRF aplicáveis às

respetivas classes de ativos e/ou passivos. Teve-se, também, em conta a adoção dos modelos de demonstrações financeiras aprovados no âmbito do SNC.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

É do entendimento da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem colocar em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO PERÍODO ANTERIOR

As demonstrações financeiras apresentadas são comparáveis com as apresentadas para o período anterior

3. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF-DIVULGAÇÃO TRANSITORIA

Não aplicável

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4.1. BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O método de depreciação utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10; 12; 20
Equipamento básico	1 a 25
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 10

As despesas de conservação e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros, são registadas como gastos no período em que são incorridas. O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou do abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e são registados na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

(b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são reconhecidos sempre que sejam identificáveis, seja possível exercer o controlo sobre os mesmos, permitam que fluam benefícios económicos futuros para a Empresa, e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Programas de Computador	<u>3</u>

O método de amortização utilizado pela Empresa é o método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro.

(c) Inventários

O custo das matérias-primas e subsidiárias é valorizado com base no custo médio de aquisição, tendo sido aplicadas as definições e critérios da NCRF 18.

São registadas perdas de imparidade aos inventários nos casos em que o custo é superior ao valor estimado de recuperação.

(d) Imparidade de Ativos

A empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis”.

(e) Custo dos financiamentos obtidos

Todos os custos de financiamentos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos, numa base de acréscimo, de acordo com o tratamento de referência da NCRF 10.

(f) Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

- Clientes e outras contas a receber

Estas rubricas estão reconhecidas e divulgadas no balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber foram calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas em resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Provisões

A Vimágua analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá

conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal custo, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de a Empresa ter ou não ter o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, respetivamente.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração do financiamento.

- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Administração da empresa entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver ocorrido liquidação, cancelamento ou expiração da dívida.

- Instrumentos Financeiros Derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Vimágua. Os instrumentos financeiros derivados utilizados respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. Os prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”. Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados diretamente na demonstração de resultados.

(g) Reconhecimento do Rédito:

O rédito proveniente de Vendas e Serviços Prestados é reconhecido quando:

- a) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- b) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- c) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- d) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a empresa;
- e) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos líquidos de impostos e descontos, pelo valor a receber.

As Vendas e os Serviços Prestados são reconhecidos nos resultados operacionais do período a que dizem respeito, não obstante poderem ser recebidas em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo. Nos casos de juros debitados a clientes, essas quantias são reconhecidas em separado como réditos de juros. Foram aplicadas as definições e os critérios da NCRF 20.

(h) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Instituição irá cumprir com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis estão registados em balanço na rubrica “Outras Variações no Capital Próprio” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, com base no pressuposto de que os subsídios são imputados como rendimento do período numa base sistemática durante as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis aos quais estão associados.

(i) Impostos sobre o rendimento

O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Quando aplicável adotou-se a NCRF 25.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui igualmente gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento verifica-se unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.



4.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

(b) Regime da periodização económica (acrécimo)

A Vimágua reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(c) Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Vimágua não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

(d) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(e) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, dada a sua natureza, as rubricas de ‘Impostos diferidos’ e de ‘Provisões’ são classificadas como não correntes.

(f) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

(g) Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento

Nos termos da cláusula 13 do Contrato de Gestão da Vimágua, é anualmente calculada a Contrapartida devida pela utilização das infraestruturas de água e saneamento, de que são proprietários os Municípios de Guimarães e Vizela, e utilizados na atividade da Vimágua.

A contrapartida é calculada segundo o método do fracionamento do lucro, havendo o seu reconhecimento sempre que os resultados antes de impostos e sem contrapartida sejam positivos: que deu origem a contrapartida:

Cálculo da Contrapartida devida aos Municípios		
Resultados antes de Impostos e sem Contrapartida		3.646.517.61
Proporção calculada aquando da aprovação do Plano de Investimentos quinquenal em vigor		49.37%
Contrapartida devida ao Município de Guimarães	90%	1.620.145.02
- Valor c/ IVA		1.992.788.38
Contrapartida devida ao Município de Vizela	10%	180.016.11
- Valor c/ IVA		221.419.82
Contrapartida Municípios Guimarães e Vizela		1.800.161.13
- Valor c/ IVA		2.214.198.19

No cálculo do valor a pagar aos Municípios foi utilizada a proporção de 49.37%, calculada nos termos do Anexo III do Contrato de Gestão:

Cálculo da Proporção	
DA _m – Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade dos Municípios	616,99
DA _v – Extensão em quilómetros da rede de distribuição de água, da titularidade da Vimágua	748,32
AR _m – Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade dos	457,76
AR _v – Extensão em quilómetros da rede de drenagem de águas residuais, da titularidade da Vimágua	354,01
P = P _{DA+AR} – Proporção relativa à extensão das redes dos Sistemas	
$(DA_m + AR_m) / (DA_m + DA_v + AR_m + AR_v) = P_{(DA+AR)}$	49,37%

4.3 JUÍZOS DE VALOR QUE O ÓRGÃO DE GESTÃO FEZ NO PROCESSO DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E QUE TIVERAM MAIOR IMPACTO NAS QUANTIAS RECONHECIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizados juízos de valor, estimativas e pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

4.4 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os PCGA em Portugal.

Os eventos subsequentes ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4.5 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS:

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são os que seguem:

a) Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas com base no custo de aquisição e é utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

b) Registo de impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporárias são revertidas. Os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

c) Reconhecimento de perdas por imparidade em contas a receber

As perdas por imparidade para contas a receber são calculadas com base na antiguidade dos saldos das contas de terceiros e tendo por base o critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

5. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada pelo método direto e todas as quantias dos saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Conta	Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
11	Caixa	21.211	17.519
121	Depósitos à ordem C.G.D	494.717	40.180
122	Depósitos à ordem BPI	27.482	11.979
123	Depósitos à ordem C.G.D2040035720130	54.611	54.611
124001	BPI/002 Conta Receitas	1.540.413	6.410.458
124002	BPI/003 Conta Reserva do serviço da divida	938.960	1.050.578
124003	BPI/004 Conta Reserva de Investimento	3.353.941	886.258
125	Banco Santander Totta, SA	23.564	
131	Depósitos a Prazo – BPI	42.617	42.617
		6.497.516	8.514.200

6. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Neste período a estimativa da contrapartida passou de 66% para 49,37% conforme definido no plano plurianual aprovado pelos municípios

7. PARTES RELACIONADAS

Os termos e condições praticados nas operações da Vimágua com as partes relacionadas, são substancialmente idênticas aos que seriam praticados com entidades independentes.

7.1. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES RELACIONADAS:

Integrando o círculo de ligações especiais definidas na NCRF 13 encontram-se as entidades detentoras do capital da Vimágua:

O capital é detido em 90 % pela Câmara Municipal de Guimarães, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505948605 e em 10% pela Câmara Municipal de Vizela, pessoa coletiva com identidade comercial e fiscal 505985217.

7.2. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS:

As transações entre a Vimágua e as Câmaras Municipais traduzem-se nos seguintes:

- faturação da Vimágua proveniente dos Serviços prestados de água/saneamento;
- faturação das Câmaras à Vimágua proveniente das contrapartidas, conforme o definido no Contrato de Gestão;
- entrega às Câmaras do valor das tarifas de lixo faturadas aos clientes por parte da Vimágua por conta das Câmaras.

Transações efetuadas durante o ano 2017 e saldos pendentes com as entidades relacionadas:

Transações com partes relacionadas	Compras/FSE	Vendas e Prestação de Serviços	Saldos Comerciais Dividas a receber	Saldos Comerciais Dividas a Pagar
CMG	1.922.620	697.570	98.250	1.922.009
CMV	220.883	210.144	98.955	214.171

No âmbito da delegação de competências das Câmaras relativamente à faturação de tarifas de lixo aos clientes, verificou-se, no decorrer de dezembro de 2017, a transferência do valor faturado pela Vimáguia a título de tarifa de lixo:

- Câmara de Guimarães, o montante de 1.949.200,28 €;
- Câmara de Vizela, o montante de 635.894,84 €;

8. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	Terrenos	Edifícios	Eq. Básico	Eq. Transporte
Quantia Bruta escriturada inicial	554 758,77	619 287,14	73 858 231,98	423 228,32
Depreciações Acumuladas Iniciais		382 673,49	32 090 155,12	412 600,19
Perdas Imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Quantia líquida escriturada Inicial	554 758,77	236 613,65	41 768 076,86	10 628,13
Movimentos do período	663 738,59	1 964 583,08	-1 980 832,06	423 059,16
Adições	663 738,59	2 015 588,86	1 408 219,16	474 645,91
Aquisições 1ª mão	538 738,59	1 640 588,86	1.049.827,89	474 645,91
Trabalhos própria entidade	0,00	0,00		0,00
Transferências de AFT Curso	125 000,00	375 000,00	360 014,41	0,00
Diminuições	0,00	51 005,78	3 389 051,22	51 586,75
Depreciações	0,00	51 005,78	3 389 051,22	51 586,75
Alienações valor aquisição	0,00	0,00	1.791,08	28 829,37
Alienações depreciações acumuladas	0,00	0,00	-167,94	-28 829,37
Reclassificação Dep. Acumuladas		0,00		
Transferências AFT em Curso				
Quantia líquida escriturada final	1 218 497,36	2 201 196,73	39 787 244,80	433 687,29

Eq. Administrativo	Outros	AFT Curso	Total
773 815,96	100 011,49	1 355 102,81	77 684 436,47
688 924,45	72 504,34		33 646 857,59
0,00	0,00	0,00	0,00
84 891,51	27 507,15	1 355 102,81	44 037 578,88
-8 532,35	34 088,70	1 232 851,52	2 328 956,64
			0,00
22 574,11	41 084,41	1 232 851,52	5 858 702,56
22 574,11	41 084,41	2 092 865,93	5 858 702,56
0,00	0,00		0,00
0,00	0,00	-860 014,41	0,00
31 106,46	6 995,71	0,00	3 529 745,92
31 106,46	6 995,71		3 529 745,92
4 937,00	0,00		33 934,31
-4 937,00	0,00		-33 934,31
			0,00
		0,00	0,00
			0,00
76 359,16	61 595,85	2 587 954,33	46 366 535,52

Durante o ano de 2017, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas de Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

- Aquisição do edifício sede;
- Substituição de Rede de Abastecimento de Água na Rua Laurinda Ferreira de Magalhães e Rua Comandante José Luis de Almeida (2ª fase), freguesia de Moreira de Cónegos (Guimarães) e União de Freguesias de Caldas S. Miguel e Caldas S. João (Vizela).
- Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais na zona 1 – freguesia de Briteiros S. Salvador – 2.ª fase – Rua do Outeiro, Rua da Agrela e Adjacentes
- Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais na Rua João Paulo II, Travessa João Paulo II e Rua 10 de Junho - Freguesia de Brito
- Extensão de redes nas freguesias;
- Execução e remodelação de ramais domiciliários de água e saneamento;
- Pequenos prolongamentos e remodelação de redes de água e saneamento.
- Aquisição de 13 viaturas elétricas

Dos Ativos fixos tangíveis em curso destacamos as seguintes obras:

- CP 05/2015 - Extensões de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais na zona 1 (2ª Fase) - Fermentões e sistema elevatório do bairro de S. José Freguesia de Ponte;

- CP 06/2016 - extensão de redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais nas freguesias de santa Eulália, santo Adrião e u. f. de Tagilde e São Paio - concelho de Vizela;
- CP 19/2016 - substituição de rede de abastecimento de água na rua Laurinda ferreira de Magalhães - 3ª fase - freguesia de Moreira de Cónegos;
- CP 02/2017 - extensão de redes de drenagem de águas residuais na freguesia de Urgezes, na união de freguesias de Atães e Rendufe e na união de freguesias de Candoso Santiago e Mascotelos - concelho de Guimarães;
- CP 42/2016 - Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais na Rua do Burgão, Rua do Bacelo e Rua das Antigas, Freguesia de Sande S. Martinho;
- CP 35/2016 - Extensão de Redes de Drenagem de Águas Residuais na Zona 1 – União de Freguesias de Briteiros Sto. Estevão e Donim – 3.ª fase.

9. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações foi o seguinte:

	Programas de Computador	Intangíveis em Curso	Total
Quantia Escriturada Bruta Inicial	182 271,29	0,00	182 271,29
Amortizações Acumuladas	106 098,78	0,00	106 098,78
Quantia Escriturada Líquida Inicial	76 172,51	0,00	76 172,51
Adições	66 780,26	0,00	66 780,26
Transferências de AFT Curso	0,00	0,00	0,00
Amortizações ano	34 552,33	0,00	34 552,33
Total das Diminuições	34 552,33	0,00	34 552,33
Reclassificação			
Quantia Escriturada Líquida Final	108 400,44	0,00	108 400,44

10. INVENTÁRIOS

A Vimágua tem implementado o sistema de inventário permanente. A decomposição desta rubrica é a seguinte para cada um dos períodos em análise:

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Materiais	658.424	665.654
TOTAL	658.424	665.654

É esperado que os inventários sejam utilizados nas prestações de serviços até 12 meses após a data das demonstrações financeiras, pelo que não foram reconhecidas quaisquer perdas por imparidade respeitantes aos inventários.

O custo das matérias consumidas reconhecido no final de cada um dos períodos foi seguinte:

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Existências iniciais	665.654	696.534
Compras	639.988	554.937
Regularização existências	607.715	545.612
Existências finais	658.424	665.654
Total	39.503	40.205

As regularizações de existências dizem respeito a saídas de armazém para a conservação de rede, e para colocação de contadores.

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, as quantias escrituradas nas rubricas de Instrumentos Financeiros apresentavam a seguinte composição:

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016		
	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Caixa e depósitos bancários	6.497.516		6.497.516	8.514.200		8.514.200
Estado e Outros Entes Públicos	828.815		828.815	692.546		692.546
Dívidas de Clientes	3.658.546	2.466.880	1.191.666	3.554.014	2.373.101	1.180.913
Outros créditos a receber	1.210.583		1.210.583	1.293.496		1.293.496
Ativos financeiros Totais	12.195.460	2.466.880	9.728.580	14.054.256	2.373.101	11.681.155
Dívidas a Fornecedores corrente	3.145.619		3.145.619	4.617.527		4.617.527
Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos	530.086		530.086	80.424		80.424
Outras contas a dívidas a pagar corrente	5.620.398		5.620.398	5.089.571		5.089.571
Outras dívidas a pagar não corrente	2.741.474		2.741.474	2.974.842		2.974.842
Passivos financeiros mensurados ao valor nominal Subtotais	12.037.577		12.037.577	12.762.364		12.762.364
Financiamentos obtidos Corrente	1.427.449		1.427.449	1.217.543		1.217.543
Financiamentos obtidos não Corrente	13.201.403		13.201.403	12.722.241		12.722.241
Financiamentos obtidos Subtotais	14.628.852		14.628.852	13.939.784		13.939.784
Passivos financeiros Totais	26.666.429		26.666.429	26.702.148		26.702.148

12. CLIENTES

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016 a rubrica de clientes apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Clientes Conta Corrente	1.002.670	1.180.913
Clientes Cobrança Duvidosa	2.655.876	2.373.101
Imparidade de clientes	2.466.880	2.373.101
Total	1.191.666	1.180.913

Nos períodos em análise foram reconhecidas as seguintes perdas por imparidade e reversões na demonstração dos resultados:

Descrição	Saldo inicial	Reconhecidos no período	Abate direto de dívida incobrável	Saldo final
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2016	1.786.970	586.131		2.373.101
Imparidades de dívidas a receber – 31 de dezembro 2017	2.373.101	93.778		2.466.880

O reconhecimento das perdas de imparidade decorreu de atrasos no pagamento, pese embora todos os esforços realizados no sentido de se obter a boa cobrança dos valores em dívida.

As imparidades reconhecidas foram calculadas com base no critério de mora considerado fiscalmente aceite em Portugal.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2017 saldo devedor	31 de dezembro 2017 saldo credor	31 de dezembro 2016 saldo devedor	31 de dezembro 2016 saldo credor
Imposto sobre rendimento		288.222	53.627	
Imposto sobre valor acrescentado	828.815		638.920	
Retenção na Fonte		15.612		22.643
Contribuições seg social/cga		54.447		55.481
Outras contribuições		171.805		2.301
TOTAL	828.815	530.086	692.547	80.424

Não existem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos.

Acresce ainda referir que as outras contribuições correspondem à taxa de recursos hídricos faturadas aos clientes e a entregar quer às Aguas de Norte, S.A., quer à Agencia Portuguesa do Ambiente (ARH NORTE), Ao longo dos anos foram sendo acumulados valores de TRH de agua e TRH de saneamento, resultante de montantes faturados à Vimágua que diferiram daqueles que foram faturados aos utilizadores finais Sendo que estas diferenças não serão de repercutir no futuro aos clientes foi decidido efetuar o desreconhecimento destes montantes – ver na nota 27 do anexo.

14. OUTROS CREDITOS A RECEBER

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 dezembro de 2016, a rubrica de “Outras Contas a Receber” apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
2721	Devedores por acréscimo de rendimento	14.457	62.075
278101	Entidades financiadoras de Subsídios		
278102	Devedores - Comp. de ramais	686.955	712.171
278103	Devedores – Acordos	386.986	401.772
278105	Devedores Coimas a cobrar	23.326	24.024
278106	Devedores estragos causados	726	
278109	Outros Devedores	77.807	72.406
278+22 5+228	Outros	20.326	21.048
Total		1.210.583	1.293.496

15. FINANCIAMENTOS OBTIDOS E JUROS SUPORTADOS

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Financiamentos Obtidos” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2017		31 de dezembro 2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos Bancários	11.483.246	1.238.995	12.722.241	1.217.543
Locação Financeira	1.718.157	188.453		
TOTAL	13.201.403	1.427.448	12.722.241	1.217.543

O valor referente ao empréstimo bancário diz respeito a um contrato de financiamento celebrado em 8 de junho de 2009, no montante de 25.200.000 euros, cujo vencimento seria Março de 2029.

Decorrente deste contrato de financiamento foi constituída, na mesma data, uma hipoteca voluntária de primeiro grau a favor dos bancos sobre treze terrenos propriedade da Vimágua, pelo montante de 252.415 euros.

Em 2012 foram celebrados dois aditamentos ao contrato de financiamento. O primeiro, celebrado a 12 de setembro, teve como objetivo o cancelamento de garantias prestadas pelos Municípios, designadamente o penhor financeiro das ações. O segundo aditamento, celebrado a 12 de dezembro, teve como objetivo antecipar o pagamento dos valores de contrapartida devidos aos Municípios de Guimarães e Vizela, compensado pela antecipação do final do período de carência de capital para 2013 e garantindo, conforme última revisão do modelo económico-financeiro, o cumprimento dos rácios financeiros e sem pôr em causa a viabilidade da empresa e os pagamentos aos bancos. Decorrente deste segundo aditamento a data de reembolso ou vencimento do empréstimo passou para 15 de setembro de 2026.

O valor referente a Locações financeiras diz respeito a um contrato de financiamento para compra do Edifício da sede da Vimágua

O valor dos juros suportados nos períodos em análise é tal como se segue:

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Juros Suportados	786.100	837.966
Outros gastos financiamento	1.458	21.906
TOTAL	787.558	859.872

16. DERIVADOS DE COBERTURA – TAXA DE JURO

Descrição	31 de dezembro 2017		31 de dezembro 2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Derivados de Cobertura – Taxa Juro	2.351.526		2.943.304	
TOTAL	2.351.526		2.943.304	

Relativamente à rubrica de derivados de cobertura, a mesma diz respeito a um contrato de Swaps sobre a taxa de juro, celebrado com BPI e CGD em agosto de 2009.

17. FORNECEDORES

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2017		31 de dezembro 2016	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Fornecedores	3.145.619			4.617.527
TOTAL	3.145.619			4.617.527

18. OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, a rubrica de "Outras dividas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Conta	DESCRIÇÃO	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
231	Remunerações a pagar		356
271	Fornecedores de investimentos	365.370	302.068
272	Devedores e Credores por acréscimos	2.753.537	2.738.988
278104	Devedores - Depósito de Caução	18.919	20.552
2782	Credores – Credores Diversos	2.482.572	2.027.605
Total Corrente		5.620.398	5.089.571
2788	Ajustamentos em subsídios	2.741.474	2.974.842
Total Não Corrente		2.741.474	2.974.842

A rubrica "Credores Diversos" é constituída essencialmente por Garantias de Empreitadas no valor 726.524 € e Cauções de clientes no valor de 897.713 €.

19. DIFERIMENTOS

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte composição:

Diferimentos	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais	6.741.956	6.840.751
total	6.741.956	6.840.751

A Rubrica “Ramais” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a Ramais de água e Saneamento executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a respetiva taxa de depreciação do ativo.

20. CAPITAL E RESERVAS

20.1 Capital social subscrito

A 31 de dezembro de 2017 o capital social da empresa, no valor de 500.000,00 euros encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 ações valor nominal de 1 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 a estrutura acionista é a seguinte:

Entidades detentoras de capital	31 de dezembro 2017		31 de dezembro 2016	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Município de Guimarães	450000		450000	
Município de Vizela	50000		50000	
	500000		500000	

20.2 Resultados Transitados

A 31 de dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultados transitados	11.656	662.912
Ajustamento de transição	13.648	13.648
Ajustamento de transição SNC-Reserva de Derivado	1.822.433	2.281.060
TOTAL	1.847.737	2.957.621

Devido aos prejuízos de anos anteriores, os resultados líquidos positivos dos últimos períodos têm de inicialmente cobrir os resultados transitados negativos anteriores pelo que, não se encontram constituídas quaisquer reservas.

20.3 Outras variações de capital próprio

A 31 de dezembro 2017 a 31 de dezembro de 2016 esta rubrica apresentava a seguinte composição:

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Subsídios - Comparticipação Entidades Financiadoras	12.184.330	13.221.520
Ajustamento em subsidio investimento	-2.741.474	-2.974.842
Doações	49.386	47.265
TOTAL	9.492.242	10.293.944

A imputação a rendimentos dos subsídios em cada um dos períodos foi a seguinte:

Descrição	31 de dezembro 2017	31 dezembro 2016
Subsídios – Empreitadas	1.146.690	1.315.642

A rubrica *Doações* refere-se a protocolos celebrados com juntas de freguesia relativos a extensões de redes.

21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, e foi determinado conforme se segue:

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Resultado líquido do período	1.341.790	651.256
Número de ações em circulação	500000	500000
Resultado por ação Básico	2.68	1.30

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, foi o seguinte:

Descrição	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	1.846.356	894.413
Imposto esperado à taxa nominal	464.437	220.578
Tributação autónoma e derrama	40.129	22.577
Imposto sobre o rendimento do período	504.566	243.156
Taxa efetiva	27.33%	27.18 %

23. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O rédito reconhecido pela Empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, tem a seguinte composição:

Conta	Descrição	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
711	Mercadorias	10.352	5.184
712	Produtos acabados e intermédios	6.335.875	6.102.992
721	Serviços de exploração Sector Saneamento	8.043.204	7.742.969
722	Serviços de exploração Sector Água	3.179.858	3.138.351
723	Outros serviços	29.483	21.720
725	Serviços secundários	255.521	188.386
	Total	17.854.293	17.199.602

Todas as operações foram realizadas em Mercado Nacional.

24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A decomposição da rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”, nos períodos findos a 31 dezembro de 2017 e a 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
621	Subcontratos	4.456.165	4.975.723
6221	Trabalhos Especializados	940.373	1.027.011
6226	Conservação e reparação	707.768	691.083
622	Outras rubricas de Serviços Especializados	118.157	127.993
623	Materiais	85.306	105.336
6241	Eletricidade	1.064.447	997.888
624	Outras rubricas de energia e fluidos	108.407	89.393
625	Deslocações estadas e transportes	5.516	1.683
6261	Rendas e alugueres-Contrapartidas	1.992.840	2.033.296
6262	Comunicação	447.309	407.008
626	Outras	144.250	133.026
	Total	10.070.537	10.589.440

25. GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
631	Remunerações órgãos sociais	50.912	45.958
632	Remunerações do Pessoal	2.166.795	2.073.675
633	Benefícios pós Emprego	-	433
635	Encargos Sobre Remunerações	459.690	437.632
636	Seguro acid. trab. doenças prof.	50.980	45.166
638	Outros gastos com o pessoal	97.700	43.300
	Total	2.826.077	2.646.164

Todas as remunerações aos órgãos sociais foram pagas em dinheiro, não existindo quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos.

A Administração foi considerada, de acordo com a NCRF 5, como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Vimágua. Foram atribuídas à Administração, no decorrer do ano 2017, remunerações relacionadas com o exercício das suas funções no montante de 50.912 euros.

A rubrica de benefícios pós emprego refere-se ao primeiro mês de aposentação do funcionário, enquanto a sua pensão não é paga pela Caixa Geral de Aposentações.

Os outros gastos com pessoal englobam, nomeadamente, formação profissional, vestuário, consultas e exames médicos.

O número médio de empregados ao longo dos períodos em análise e o número de empregados no final destes períodos foi de:

Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
Número médio de empregados	170	168
Número de empregados no final do período	170	168

26. OUTROS RENDIMENTOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
788	Outros	1.782.964	2.059.762
	Total	1.782.965	2.059.762

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, inclui o montante de cerca de 1.146.690 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor dos subsídios para investimento e o montante de cerca de 577.340 euros referente à imputação a rendimentos do período do valor faturado a título dos ramais de água e saneamento. Esta imputação é feita na proporção das depreciações dos bens ativos fixos tangíveis

subjacentes. A conta 788 inclui, ainda, valores referentes a juros de mora no montante de cerca de 28.974 euros.

27. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas”, nos períodos findos a 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro de 2016 é conforme se segue:

Conta	Descrição	31 de dezembro 2017	31 de dezembro 2016
681	Impostos	60.430	140.024
683	Dividas Incobráveis	49.191	36.721
688	Outros	281.258	38.339
Total		390.879	215.084

A rubrica outros gastos reflete o montante de 211.164 euros referente ao desreconhecimento da TRH, valor não repercutido nos clientes

28. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Uma vez que os valores relacionados com matérias ambientais despendidos pela empresa, não são relevantes não foram efetuados quaisquer registos específicos.

Em termos de política ambiental, a Empresa pretende ter coberto e dominado todos os aspetos da conformidade legal, tendo assumido compromissos em termos de melhoria continuada de desempenho ambiental em que se destaca:

- . Prevenção da poluição
- . Cumprimento da legislação
- . Comunicação e divulgação a todas as partes interessadas da política ambiental da Empresa
- . Formação e sensibilização dos trabalhadores
- . Análise dos impactes ambientais derivados da atividade da Empresa

29. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS PRESTADAS

29.1 PROVISÕES

No ano de 2017 a Vimágua reconheceu provisões relativas a processos judiciais em curso no montante de 18.270 euros que de acordo com opinião de advogados da Empresa poderão implicar pagamentos futuros.

29.2 PASSIVOS CONTINGENTES

A 31 de dezembro de 2017, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Contudo, a Vimágua foi citada para ações com pedidos de indemnizações por danos, relativamente aos quais correm ações em Tribunal.

Em todos os processos a Empresa entende que não são devidos nem exigíveis quaisquer quantias aos referidos processos, pelo que não se constitui qualquer provisão para o efeito.

29.3 GARANTIAS

Garantias a favor do Instituto de Estradas de Portugal, IP, S.A., na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
Garantia nº 9015003405793	50.000
51 Garantias a 5.000 euros cada	255.000
36 Garantias a 1.000 euros cada	27.000
2 Garantias a 1.040 euros cada	2.080
1 Garantia a 1.430 euros cada	1.430
1 Garantia a 1.170 euros cada	1.170
1 Garantia a 1.350 euros cada	1.350
1 Garantia a 2.340 euros cada	2.340
1 Garantia a 3.000 Euros	3.000
1 Garantia a 4.200 euros cada	4.200
1 Garantia a 2430 euros	2.430
1 Garantia a 3.300 euros	3.300
1 Garantia a 4.800 euros	4.800
1 Garantia a 7.500 euros	7.500

Garantias a favor da ARH (Administração da Região Hidrográfica do Norte, I.P), na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015007146793	1.000

Garantias a favor da APA (Associação Portuguesa do Ambiente), na Caixa Geral de Depósitos:

Numero	Valor
9015007978693	25.000
9015008534493	25.000

30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 66º-A, 324.º e 397.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e das disposições referidas nos Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º 2, do artigo 324.º do CSC, informa-se que a Vimágua, não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do CSC, informa-se que, no decorrer do ano de 2017, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Vimágua e membros dos seus órgãos;
- c) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Vimágua não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2017, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2018, nos prazos legais;
- d) Nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7/11, informa-se que em 31 de dezembro de 2017 não existem dívidas em mora ao Estado e Trabalhadores;
- e) Conforme o disposto no n.º 1, alínea b) do artigo 66.º-A do CSC, os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante ano de 2017 foram de 10.000 Euros e dizem respeito exclusivamente à revisão legal das contas.

31. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Não ocorreram factos relevantes após o termo do período até à data.

32. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 15 de março de 2018.

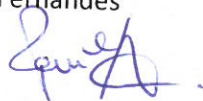
Contabilista Certificada:

▪Eva Maria Ferreira Salgado



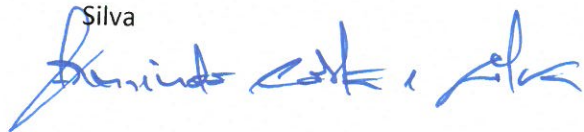
Direção Administrativa e
Financeira:

▪Paula Alexandrina Coelho
Fernandes

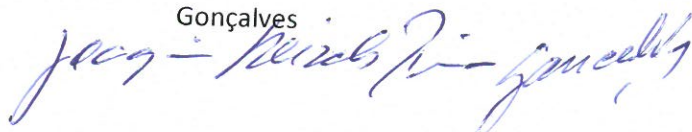


Conselho de Administração:

▪Armindo José Ferreira da Costa e
Silva



▪Joaquim Meireles Pereira
Gonçalves



▪Marta de Abreu Coutada

